

ANDRÉA MARIA CAPALBO PEREIRA

**SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MATO GROSSO DO SUL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
2021**

ANDRÉA MARIA CAPALBO PEREIRA

**SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação
Orientador(a): Prof.^a Dr^a Nadia Bigarella

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
2021**

P436s Pereira, Andrea Maria Capalbo
Sistema apostilado na educação infantil da rede municipal
de ensino de São Gabriel Do Oeste - Mato Grosso Do
Sul/ Andrea Maria Capalbo Pereira; sob a orientação
da Profa. Dra. Nadia Bigarella. -- Campo Grande, MS:
2021.
103 p.: il.;

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2021
Bibliografia: p. 95 - 100

1. Educação Infantil. 2. Políticas educacionais. 3.
Sistema Apostilado de Ensino I.Bigarella, Nadia. II.
Título.

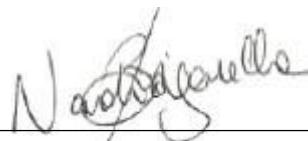
CDD: 649.1

**“SISTEMA APOSTILADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO GABRIEL DO OESTE, EM MATOGROSSO
DO SUL NO BRASIL”**

ANDREA MARIA CAPALBO PEREIRA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:



Prof^a. Dr^a. Nadia Bigarella (PPGE/UCDB) Orientadora e
Presidente da Banca Prof. Dr. Reginaldo Peixoto (UEMS)
Examinador Externo
Prof^a. Dr^a. Flavinês Rebolo (PPGE/UCDB) Examinadora
Interna

Campo Grande/MS, 31 de agosto de 2021.

Dedico este trabalho aos amores da minha vida
que estão representados num serzinho muito
especial que está a caminho, meu neto Inácio.

"Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, o próprio rio já se modificou..."
(Heráclito)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Nadia Bigarella que foi grande colaboradora para que este sonho acontecesse.

Às minhas colegas, Lussandra e Paola, que foram anjinhos nesse processo.

Aos meus pais que de onde estiverem, devem estar orgulhosos.

Aos meus amados filhos, Guta e Eloy que me enchem de orgulho todos os dias.

Ao meu genrinho Thiago, mais um filho.

À minha irmã Patrícia, sempre tão presente nos meus dias.

Ao Paulo, pelo empenho em me ver chegar aqui.

À minha tia Celina que me inspirou na profissão.

Às minhas primas, Carmen, Ana e Silvia e tia Marisa que curtiram comigo este caminho.

Aos meus alunos que tanto me ensinam e que me induziram à investigação.

E acima de tudo, ao Grande Mestre por ter permitido o meu caminhar até aqui.

PEREIRA, Andréa Maria Capalbo. Sistema Apostilado Na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Gabriel do Oeste -Mato Grosso Do Sul. Campo Grande, 2021. 103p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo “O Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Gabriel do Oeste, em Mato Grosso do Sul” no entretempo de 2017 a 2020, período em que houve a necessidade da adequação do material didático para atender à Resolução CNE/CP nº2/2017, que institui Base Nacional Comum Curricular (BNCC), normatiza e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais ofertadas no âmbito da Educação Básica escolar pelas instituições ou redes escolares. Está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino, coordenado pela Profa. Dra. Nádia Bigarella e a Linha de Pesquisa de Política, Gestão e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. Tem como objetivo geral investigar a adoção do Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Pública Municipal já que a mesma é assistida pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Como objetivos específicos estão: a) discutir conceitos e marcos legais da Educação Infantil no Brasil; b) descrever as políticas educacionais para a Rede Municipal de São Gabriel do Oeste e c) analisar o material do Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de São Gabriel do Oeste no estado de Mato Grosso do Sul. O Sistema de Ensino apostilado para a Educação Infantil é como um conjunto de material didático com conteúdo concreto e abstrato, organizado por empresas privadas, sem passar por avaliação oficial e vendidos para as redes públicas de ensino, em substituição aos livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Governo Federal. A pesquisa compreendeu coleta de dados, sistematização de documentos produzidos em âmbito federal, estadual e municipal, como leis, decretos, resoluções, pareceres produzidos pelo Conselho e Secretaria Municipal de Educação e também pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, sites de internet, informações verbais citadas em uma palestra, entre outras fontes. Os resultados permitiram afirmar que a Rede Municipal de São Gabriel fez a opção pelo SAE a fim de 1) garantir maior segurança aos professores e alunos por meio da padronização do material didático, 2) garantir a quantidade de material para todos os alunos desde o início do ano letivo, 3) garantir a qualidade da publicação para todos, ou seja, para que todos os alunos tivessem acesso ao mesmo tipo de material: colorido, com o mesmo número de páginas, com a mesma qualidade dos desenhos e exercícios. Pode-se afirmar que as empresas privadas estão decidindo os rumos da educação pública.

Palavras-chave: Educação Infantil – Políticas Educacionais – Sistema Apostilado de Ensino

PEREIRA, Andréa Maria Capalbo. The Apostille System in early childhood education of the Municipal Education Network of São Gabriel do Oeste – Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2021. 103p. Dissertation (Masters) Catholic University Dom Bosco.

ABSTRACT

The research has as its object of study "The Apostille System in early childhood education of the Municipal Education Network of São Gabriel do Oeste, in Mato Grosso do Sul" between 2017 and 2020, a period in which there was a need to adapt the teaching material to comply with Resolution CNE/CP nº2/2017, that institutes the Common National Curriculum Base (BNCC), regulates and defines the organic and progressive set of essential learning offered in the context of Basic School Education by institutions or school networks. It is linked to the Research Group on Educational Policies and Management Bodies of Teaching Systems, coordinated by Prof. PhD. Nádia Bigarella, and the Policy, Management and History of Education Research Line of the Postgraduate Program in Education - Masters and Doctorate at Catholic University Dom Bosco. Its general objective is to investigate the adoption of the Apostille System in Early Childhood Education in the Municipal Public Network since it is assisted by the National Textbook Plan (PNLD). The specific objectives are: a) to discuss concepts and legal frameworks for early childhood education in Brazil; b) describe the educational policies for the Municipal Network of São Gabriel do Oeste and c) analyze the material of the Apostille System in early childhood education in the Municipal Network of São Gabriel do Oeste in the state of Mato Grosso do Sul. Apostille System in early childhood education is like a set of didactic material with concrete and abstract content, organized by private companies, without going through official evaluation and sold to public schools, replacing books acquired by the National Textbook Program (PNLD) of Federal Government. The research included data collection, systematization of documents produced in federal, state and municipal levels, such as laws, decrees, resolutions, opinions produced by the Council and Municipal Department of Education and also bibliographic research in books, periodicals, internet sites, verbal information cited in a lecture, among other sources. The results allowed us to state that the Municipal Network of São Gabriel opted for the Apostille System of Education in order to 1) ensure greater safety for teachers and students through the standardization of teaching material, 2) ensure the amount of material for all students from the start of the school year, 3) ensure the quality of the publication for everyone, so that all students had access to the same type of material: colored, with the same number of pages, with the same quality of the drawings and exercises. It can be said that private companies are deciding the direction of public education.

Keywords: Early Childhood Education - Educational Policies - Apostille Teaching System

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
FIGURA 2 - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	36
FIGURA 3 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARANÁ E RIO PARAGUAI DE MATO GROSSO DO SUL.....	50
FIGURA 4 - MAPA DAS REGIÕES DE MATO GROSSO DO SUL	53
FIGURA 5 - ORGANOGRAMA SECRETARIA MUNICIPAL DE SGO	57
FIGURA 6 - MATERIAL APOSTILADO PARA CRIANÇAS DE 4 ANOS	86
FIGURA 7 - MATERIAL APOSTILADO “EU- CRIANÇA”	87
FIGURA 8 - MATERIAL APOSTILADO “LAR, DOCE LAR”	88
FIGURA 9 - MATERIAL APOSTILADO – TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	89
FIGURA 10 - MATERIAL APOSTILADO: UM, DOIS, TRÊS E JÁ	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO ETAPAS DE ENSINO BRASIL.....	39
GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EI – BRASIL (2015-2019)	40
GRÁFICO 3 - META 1: EDUCAÇÃO INFANTIL	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRATÉGIAS ALCANÇADAS	61
QUADRO 2 - ESTRATÉGIAS NÃO INICIADAS	64
QUADRO 3 - ESTRATÉGIAS EM ANDAMENTO	65

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TOTAL DE MATRICULADOS NA EI ATÉ 2015.....	58
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA PRÉ-ESCOLA DE 4 A 5 ANOS.....	58
TABELA 3 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS CMEIS.....	59
TABELA 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO INFANTIL – 4 A 5 ANOS.....	59
TABELA 5 - NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	67
TABELA 6 - MATRÍCULAS EDUCAÇÃO BÁSICA EM SÃO GABRIEL DO OESTE MS.....	67
TABELA 7 - IDEB - SÃO GABRIEL DO OESTE	68
TABELA 8 - PNLD 2019 - VALORES NEGOCIÁVEIS.....	79
TABELA 9 - RECEITA SÃO GABRIEL DO OESTE 2017-2020.....	84
TABELA 10 - DESPESAS MUNICIPAIS SÃO GABRIEL DO OESTE (2017 - 2020)	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação /Conselho Pleno
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EI	Educação Infantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEPESE	Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHG/MS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Modernização Administrativa e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
OAB	Conselho Nacional de Educação

PCN	Câmara de Educação Básica
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
RCNEI	Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
SAE	Sistema Apostilado de Ensino
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEMAGRO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SGO	São Gabriel do Oeste
SNE	Sistema Nacional de Educação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	23
1.1 Legislação sobre a Educação Infantil	23
1.2 Apresentação dos conceitos norteadores	37
CAPÍTULO 2 - MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	49
2.1 Aspectos gerais do Município.....	49
2.2 Aspectos Sociais e Econômicos	54
2.3 Aspectos Educacionais	55
CAPÍTULO 3 – SISTEMA APOSTILADO EM SÃO GABRIEL DO OESTE	70
3.1 Municipalização e a Constituição Federal de 1988.....	70
3.2 Ensino fundamental é responsabilidade do município.....	73
3.3 Motivações para o SAE em São Gabriel do Oeste.....	76
3.4 Para que apostila se há PNLD?.....	80
3.5 Processo de implantação do SAE em SGO.....	82
3.6 Apresentação do Material Apostilado.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO	100

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GEPSE), coordenado pela Prof.^a. Dra. Nádia Bigarella e a Linha de Pesquisa de Política, Gestão e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A pesquisa tem como objeto de estudo o Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Gabriel do Oeste, em Mato Grosso do Sul, delimitado no entretempo de 2017 a 2020, buscando responder por que a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste (SEMED) escolheu adotar o Sistema Apostilado para a Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica, devendo ser pública, gratuita e de qualidade para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, cabendo aos municípios garantir esse direito com o apoio da União, do estado e do Distrito Federal, por meio do regime de colaboração, em detrimento do Livro Didático.

O período de 2017 a 2020 está relacionado com a publicação da Resolução CNE/CP nº2/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, tendo em vista o disposto no parecer do Ministério da Educação.

Desta forma, as escolas de Educação Básica tiveram que adaptar suas atividades às exigências da legislação vigente, abrindo uma possibilidade para a adoção do apostilamento ou Sistema Apostilado de Ensino (SAE) como material didático em substituição ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985 pelo governo federal, cuja responsabilidade é do Ministério da Educação (MEC) e seu gerenciamento feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De acordo com o site do Ministério da Educação, O PNLD tem por objetivo disponibilizar para todas as escolas públicas no território nacional,

[...] obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de Educação Infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (BRASIL,2017)

O PNLD (1985) foi criado com algumas características, sendo uma delas como um instrumento didático para as escolas públicas, como forma de garantir o direito de todos à educação, à possibilidade de reaproveitamento e flexibilidade na divisão de aula e conteúdos dados pelos professores. O Sistema Apostilado está mais relacionado com a escola privada, com controle do tempo, da divisão de aula, dos conteúdos e do trabalho dos professores, tem um caráter descartável, pois é renovado todos os anos para todos os alunos, o que acaba criando uma maior aceitação por parte dos alunos e dos professores. A receptividade dos professores por esse material está relacionada a um conjunto de soluções pedagógicas apresentadas pelo sistema, como: planejamento das aulas, atualização e treinamento dos professores, qualidade do material, e principalmente a quantidade suficiente para atender a demanda, além da pontualidade quanto à entrega do mesmo.

Motta (2001) explica que o Sistema Apostilado, talvez, em primeiro momento seja mais encantador porque esse tipo de serviço oferece aos alunos aulas com textos explicativos, todavia não há espaço para analogias, nem discussões mais aprofundadas e ao final de cada aula, exercícios são propostos para testar o que o sistema acredita ser o mais importante dentro da sua perspectiva. Para o autor, esse tipo de material poderá contribuir para a tutela de uma adaptação social já que o trabalho do professor é todo planejado, organizado pelo próprio Sistema Apostilado.

Talvez seja por isso que Amorim (2008) explique o status de superioridade do SAE em relação aos demais materiais, muito embora Angelo (2008), corrobore com Amorim ao defender que a educação é um direito público e que pertence a todos.

Existem diversos entendimentos de SAE, sendo um deles das autoras Garcia e Adrião (2010, s/p), traz a ideia de “[...] complementação ou adição de algo novo a um conjunto de informações, conceitos ou ideias, todavia, a utilização mais recente está relacionada com as publicações didáticas, estruturadas e padronizadas e esse material foi adotado de forma generalizada nos cursinhos preparatórios para vestibulares ou para prepararem candidatos a processos seletivos”. O que vem de encontro ao entendimento de Nascimento (2012) quando atenta ao fato de que o Sistema Apostilado é sinônimo de sucesso, de chamariz a novos clientes, já que escolas privadas que o adotam são referências em bons resultados no IDEB, o que se sugere a simbologia de uma educação de qualidade.

No entanto, para Bego (2017) há um alerta por parte dos gestores escolares que associam a utilização desse tipo de material apostilado, como sendo uma saída para seu contingente de professores não tão qualificados, com má formação, ou ainda pela falta de profissionais efetivos, comprometendo a qualidade do trabalho escolar e vislumbrando a possibilidade de que o SAE traga soluções para tais profissionais.

Os estudos e pesquisas sobre a aquisição desse material pela rede pública municipal de ensino teve início no estado de São Paulo, que entre 1994 a 2006, de acordo com informações obtidas nas investigações de Adrião et al (2009), em que dos 645 municípios paulistas, 161 haviam informado a adoção do Sistema Apostilado para a Educação Infantil e ensino fundamental. (ADRIÃO et al, 2009)

Trazendo essa problemática para o Estado de Mato Grosso do Sul e com o propósito de situar o contexto demográfico em que a pesquisa se insere, apresentamos a seguir algumas informações quantitativas sobre a população residente em São Gabriel do Oeste, município localizado a 137 km de Campo Grande, capital do estado, com população estimada de 26.363 pessoas numa área territorial de 8.864,691 km². Contabiliza um total de 2.110 crianças matriculadas, sendo que 1.148 frequentam creches, 914 alunos na rede municipal e 234, na rede privada e 962 alunos na pré-escola, sendo 480 alunos na rede privada e 482 na rede pública (IBGE, 2017)

De acordo com os resultados do último Censo Escolar da Educação Básica de 2017, o município atingiu a nota 5,9 no IDEB relativo aos anos iniciais de ensino fundamental da rede pública, colocando-o em 11º lugar entre os 79 municípios de Mato Grosso do Sul. (IBGE, 2017)

Partindo dessas considerações, trazemos nossas justificativas para a elaboração da pesquisa em si. Uma delas é buscar compreender os motivos que levaram o município de São Gabriel do Oeste, no Estado de Mato Grosso do Sul, a adotar um Sistema Apostilado para a Educação Infantil de sua rede municipal, ao invés de utilizar livros didáticos, avaliados por especialistas, que já são disponibilizados gratuitamente pelo governo federal por meio de adesão das escolas públicas ao PNLD. Tais recursos financeiros poderiam ser delegados ao atendimento de outras necessidades prioritárias.

A segunda razão relaciona-se a minha trajetória docente, como pedagoga e professora de acompanhamento escolar para alunos de escolas privadas dos anos

iniciais da Educação Básica. Nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2016, comecei a perceber dificuldades, expectativas e angústias por parte dos pais e dos alunos, ao se depararem com o material apostilado, onde os conteúdos compilados e a supressão de atividades complementares para o enriquecimento da aprendizagem, nos causaram indignação. Lembrando que, naquele ano ainda não estava em vigor a nova BNCC, o material já se apresentava inquietante para quem estava acostumado a livros didáticos ricos em conteúdo e atividades, onde a prática favorecia o aprendizado. Essa inquietação foi fundamental para que eu voltasse ao mundo acadêmico e tivesse a grande oportunidade de cursar o Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A terceira razão que justifica esta investigação é a preocupação social, a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil (BRASIL, 2013, p.98) que deve ser adaptada ao cotidiano das escolas, em que será seu primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, onde deve estar presente a orientação para que seja construída uma sociedade livre, justa, solidária e orientada, cuja intenção seja a de reduzir as desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem estar de todos e tornar os espaços para a convivência; construção de identidade e ampliação dos saberes além de promover práticas de equidade de oportunidades entre diferentes crianças e classes sociais.

Buscando responder à questão norteadora, esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar os motivos que levaram o município de São Gabriel do Oeste a adotar o Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Pública Municipal.

Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) discutir conceitos e marcos legais da Educação Infantil no Brasil;
- b) descrever as políticas educacionais para a Rede Municipal de São Gabriel do Oeste
- c) analisar o material do Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de São Gabriel do Oeste no estado de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa foi documental, segundo Lakatos, Marconi, (2003) por apresentar fonte de coleta de dados, restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Os documentos oficiais analisados foram:

- a Constituição Federal de 1988, que assegura à criança o direito à educação
- Leis Federais; nº 8.069 de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- Lei nº 9.394/1996 que estabelece Diretrizes e Bases Nacionais da Educação;
- Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- Resolução CNE/CEB nº 4/2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica
- Lei nº 13.005/ 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024) como um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras; Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano
- Lei Estadual nº. 4.621/2014 que aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE – MS)
- Lei nº 1.008/2015, de 16 de setembro de 2015 que aprovou o plano municipal de educação do município de São Gabriel do Oeste deu outras providências.
- Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, que institui o Programa Nacional do Livro Didático e dispõe sobre sua execução e dá outras providências.
- Decreto nº. 9.009, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro Didático, (PNLD) que disponibiliza material didático as escolas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Também foram usados dados obtidos das fontes estatísticas de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

Para Pizzani et al (2012) uma pesquisa bibliográfica apresenta toda revisão sobre as principais teorias que direcionam um trabalho científico baseada em pesquisas nos livros, periódicos, artigo de jornais, sites da internet entre outras fontes podem ser considerada uma pesquisa bibliográfica.

Foram pesquisados diversos autores que, contribuíram com conceitos que nos deram base para o entendimento da nossa proposta.

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, Sonia Kramer (2006), Fulvia Rosemberg (2002) colocam a criança no seu papel de destaque na sociedade, é importante,

Entender que crianças, jovens e adultos são sujeitos da história e da cultura, além de serem por elas produzidos, e considerar as milhões de crianças brasileiras de 0 a 6 anos como crianças e não só alunos, implica ver o pedagógico na sua dimensão cultural, como conhecimento, arte e vida, e não só como algo instrucional, que objetiva ensinar coisas. Essa reflexão vale para a Educação Infantil e vale para o ensino fundamental. (KRAMER, 2006, p.810)

E para inserir a criança numa sociedade, são necessárias as políticas públicas, em especial, as educacionais, as quais Eloisa M. Höfling (2001) Elenaldo Celso Teixeira (2002) Janete Azevedo (2017) Piana (2014) trazem em seus entendimentos, que

tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA, 2010, p.4)

Os autores Carlos Roberto Jamil Cury (2008) Dermeval Saviani,(2010) Luiz Fernandes Dourado (2013), colaboram com o trabalho apresentando seus estudos sobre Sistemas de ensino, já que como Saviani,(2010) entende que para se construir um Sistema Nacional de Educação como sendo um conjunto unificado, que seja articulado, como o próprio nome já diz, deva ter normas comuns e procedimentos que sejam válidos em todo o país, assegurando a qualidade da educação para toda a população e que não seja apenas um grande guarda-chuva com a simples função de abrigar todos os sistemas estaduais, municipais e do próprio Distrito Federal, que até então, são autônomos entre si.

Quanto aos Planos, trouxemos Janete Azevedo (2014), Carlos Roberto Jamil Cury (2011)

Um plano de Estado é um instrumento político cuja finalidade é ser um guia na tarefa de cumprir determinados objetivos dentro de uma metodologia tida como a mais pertinente para a política almejada. Um plano atende tanto a princípios quanto a regras dentro de uma determinada normatividade jurídica (CURY, 2011, p.806)

O conjunto de referências que orientam as nossas argumentações na fundamentação teórica do trabalho, estão embasadas em autores/as tais como Thereza Adrião, que faz críticas ao Sistema Apostilado ser tratado como um negócio. Cláudio Adão Moraes Andrade que também critica a mercantilização da Educação Básica, Lizete Arelaro que faz a análise da formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas.

Também, contei a contribuição da palestra da Profa. Danielle dos Santos Souza que na época era coordenadora pedagógica da Rede Municipal, hoje ocupa o cargo de Secretária de Educação do Município de São Gabriel. A palestra intitulada “O Sistema apostilado para a Educação Infantil do Município de São Gabriel”, proferida pelo *google meet*¹, no dia 18 de novembro de 2020, apresenta a organização do espaço pedagógico escolar das escolas infantis do município e os motivos pelo qual a Secretaria de Educação escolheu adotar o Sistema Apostilado e seus reflexos na prática pedagógica do professor, nas atividades das crianças, na elaboração da proposta curricular, no plano de trabalho docente e no projeto político pedagógico. Para a palestrante o Sistema Apostilado proporciona condições mais favoráveis ao desenvolvimento do coletivo e de cada criança. Assim buscou-se uma melhor compreensão da realidade das escolas infantis do município acima citado.

Para o estado do conhecimento trouxemos várias teses e dissertações realizadas em municípios de outros estados da federação, onde já havia sido adotado o Sistema Privado ou Sistema Apostilado de Ensino. Não foi encontrada nenhuma pesquisa com esse objeto no estado de Mato Grosso do Sul. Foram localizadas e analisadas 05 (cinco) teses e dissertações sobre a temática apresentada a seguir.

Selecionou-se os seguintes trabalhos por apresentarem a mesma temática de investigação, ou seja, os sistemas apostilados nas redes públicas de ensino, em

¹ Google Meet é uma plataforma de videoconferências do Google.

especial, ligados à Educação Infantil. A primeira tese de Doutorado em Educação analisada foi a de Julia de Souza Delibero Angelo, defendida em 2018, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cuja preocupação está na Educação Infantil, que vem sendo preparada para o ensino fundamental, por meio da utilização de material apostilado, deixando a atividade de brincar de lado, que de acordo com a autora e baseada em suas pesquisas, é a atividade que faz com que a criança experimente e elabore sobre o mundo.

Também foi lida a tese de Alesandra Maia Lima Alves, defendida em 2016, na Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja abordagem é referente às políticas públicas educacionais para a Educação Infantil, em âmbito municipal. A autora traz a trajetória da EI desde seu início na Europa até os dias atuais, no Brasil.

Investigou-se a dissertação de mestrado de Alessandra Aparecida Cain, orientanda de Thereza Adrião, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", defendida em 2009, em que traz uma investigação e análise das parcerias do setor privado e público com dois municípios do interior de São Paulo, entre 1997 e 2006, onde houve a adoção de um modelo pedagógico único, ou seja, o material didático apostilado.

E a dissertação de mestrado de Ivair Fernandes de Amorim, defendida em 2008, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), cujo tema foi "Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino", onde questiona as convergências e divergências entre os livros didáticos e apostilas, e a ligação entre a adoção de um novo material didático com as políticas de descentralização do gerenciamento educacional.

Partindo dessas considerações, os procedimentos aqui apresentados no processo desta pesquisa fizeram-nos aproximar do objeto de estudo e traçar caminhos teórico- metodológicos para a realização desta pesquisa.

A pesquisa será apresentada em três capítulos. No primeiro capítulo, serão apresentados conceitos que servem de base para a leitura e o entendimento do objeto pesquisado.

No segundo capítulo, traremos informações que permitam conhecer a realidade de São Gabriel do Oeste, lócus da análise desta pesquisa, apresentando aspectos sociais, econômicos e as políticas educacionais que caracterizam o município

No terceiro capítulo, será apresentado nosso estudo em relação a adoção do SAE no município de São Gabriel do Oeste em detrimento do material didático fornecido pelo governo federal às redes públicas de ensino.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo examina a evolução histórica da legislação da primeira fase da educação básica, a Educação Infantil, buscando situar o leitor a respeito dos direitos das crianças e deveres do Estado que entraram em vigor após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988), que prescreveu a educação para todos, fundamentado no princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei. Na área educacional, essa totalidade, significa oportunizar escola de qualidade para todos, tanto de forma particular, como coletiva, salvaguardando a um grupo social o direito à educação para todos os sujeitos de direitos.

1.1 Legislação sobre a Educação Infantil

A Constituição Federal de 1988 afiança que a educação está amparada como um direito de todos, dever do Estado e da família, com a responsabilidade da sociedade em promovê-la e incentivá-la,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Assegurando um dos direitos sociais para garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para exercer sua cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

A redação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, altera no artigo 208 que torna a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2009)

E na seção I, inciso IV, a lei garante o dever do Estado com Educação Infantil deverá ser efetivada mediante garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças até 5 anos de idade. (BRASIL, 2009)

Os artigos 211 e 212, dispõem que os entes federados da República: a União, os Estados e os Municípios deverão se organizar em regime de colaboração, em que fixa, que a União aplicará 18% (dezoito por cento) e os Estados, o Distrito Federal e

os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), anualmente, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na Educação. (BRASIL, 1988).

Várias pesquisas realizadas já mostravam que os seis primeiros anos de vida, a chamada primeira infância, são fundamentais para o desenvolvimento humano, e a formação da inteligência e da personalidade, entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade se encontrava excluída desse direito. A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação. (BRASIL, 2019)

No artigo 227, a CF/1988 reitera

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente conceitua a diferença prevista no artigo 2º do ECA, entre criança e adolescente. Criança é aquele que se encontra na faixa etária entre zero e 11 anos e 11 meses, e adolescente, entre 12 e 18 anos de idade.

O artigo 4º do mesmo documento, determina os direitos básicos da criança e do adolescente, dentre eles, a educação, a profissionalização e a cultura.

O Artigo 53, estabelece que o direito à educação da criança e do adolescente, o qualifica para o trabalho e consequentemente, para o exercício da cidadania, assegurando-lhes:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V – Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990)

O artigo 54, cobra o Estado em assegurar à criança, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade, como também, atendimento

no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, e aos pais e responsáveis cabe a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990)

Em 1996, é sancionada a lei maior da educação do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 que veio para garantir a Educação Infantil e reafirmar o direito que já estava assegurado pela CF/1988 e reafirmado pelo ECA/1990 como a primeira etapa da Educação Básica, além de garantir a obrigatoriedade da família em matricular crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

O artigo 4º da supracitada lei garante uma educação básica pública e gratuita para crianças de zero a seis anos de idade, nas creches e pré-escolas, assegurando a gratuidade, além de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 1996)

A Educação Básica ficará sob a responsabilidade dos municípios que incumbir-se-ão de:

V – Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema de educação básica (BRASIL, 1996)

O objetivo da Educação Infantil, de acordo com o artigo 29 da referenciada lei, é o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos, sendo oferecida como complemento e não substituindo a educação familiar, de forma integral e integrada, alicerçando o pleno desenvolvimento da criança na faixa de zero a cinco anos e torna-se indissociável as funções de educar e ensinar, conforme os artigos a seguir:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31 Na educação infantil a avaliação far – se – á mediante acompanhamento e registro de seu

desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996).

Mediante à interpretação nos artigos dispostos, a Educação Infantil não se integra totalmente ao Ensino Fundamental, por motivo de que as crianças terão seu desenvolvimento acompanhado e registrado, sem a preocupação de promovê-las ao ensino fundamental.

De acordo com o artigo 26 da mencionada lei, há necessidade de se pensar em um currículo:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos e o artigo 70 aduz que a aquisição de material didático-escolar será considerada uma despesa para a manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996)

Sob essa perspectiva, foram pensados nos três documentos elaborados nos últimos anos: Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, BRASIL/MEC 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, BRASIL/MEC 2010) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL/MEC 2017).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) – 1998, publicado pelo BRASIL/MEC (1998) faz parte dos documentos dos Parâmetros Curriculares (PCN), como um conjunto de sugestões e subsídios que orientavam o professor de creches e pré-escolas, reunindo objetivos, conteúdos e orientações didáticas. O foco estava no desenvolvimento integral da criança, vista como alguém que respondia aos estímulos dos adultos, dos professores. Dentre os objetivos gerais:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
 - brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
 - utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
 - conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.
- (BRASIL, 1998, p.63)

O documento era composto por três volumes bastante extensos:

Figura 1 - Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil



Fonte: BRASIL. MEC, 1998.

No volume introdutório, o documento apresenta considerações sobre creches e pré-escolas, concepção sobre criança de ser um sujeito social e histórico, participante de uma organização familiar que se insere em uma sociedade, em uma determinada cultura, num momento da história. Apresenta o entendimento sobre “educar e cuidar”, sobre brincadeiras e aprendizagens, aborda o perfil dos

profissionais da Educação Infantil, contribui com a orientação e a organização da EI para o desenvolvimento das capacidades das crianças. (BRASIL, 1998)

A Formação Pessoal e Social, apresentada no 2º Volume se refere às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito. Envolve interações das crianças com o meio, com os outros e com elas mesmas e abrange o eixo de trabalho “Identidade e autonomia”. Esse eixo de trabalho enfatiza as instituições de EI, suas propostas educativas e as práticas pedagógicas de seus profissionais que deveriam proporcionar às crianças o desenvolvimento de sua identidade e a construção de sua autonomia, para se relacionarem e interagirem com outras crianças e com os adultos. (BRASIL, 1998)

No Volume 3, abrange o Conhecimento de Mundo, onde constam seis documentos referentes a: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. O documento de cada eixo de trabalho se dividia em objetivos, conteúdos, orientações didáticas, orientações gerais para o professor. (BRASIL, 1998)

O Ministério da Educação juntamente com o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) por meio da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que entre outros estabelece normativas com princípios éticos, políticos e estéticos além de fundamentos e procedimentos que orientam as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas de currículos de Educação Infantil. Para as DCNEIs (2009, s/p), nesta fase, currículo é vivenciado com crianças a partir de seus saberes, articulando o que é importante para que seu desenvolvimento seja integral. Sendo importante trazer para as instituições toda a diversidade de saberes da realidade social para que através dessas experiências e relacionamentos divididos com a cultura e o mundo, possa ser refletido no pensar o currículo como uma opção política ideológica (BRASIL, 2009).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de caráter mandatório, orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer (BRASIL, 2013, p. 83)

Um dos pontos importantes que esse documento traz é a questão histórica, já que as escolas de Educação Infantil não eram vistas como nos moldes que são pensadas hoje, pois a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil (BRASIL, 2013, p. 98) deverá ser adaptada ao cotidiano das unidades de Educação Infantil. Afinal, ali será seu primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, onde terá a orientação para que seja construída uma sociedade livre, justa, solidária e socialmente orientada, no intuito de reduzir as desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem estar de todos e tornar os espaços para a convivência; construção de identidade e ampliação dos saberes além de promover práticas de equidade de oportunidades entre diferentes crianças e classes sociais.

Ainda de acordo com a DCNEI (2013), o currículo na Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas, que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. Outro ponto a se considerar de acordo com (OLIVEIRA, 2014, p. 189) o currículo é a ação mediadora da instituição de Educação Infantil, na articulação das experiências e dos saberes das crianças e conhecimentos que circulam na cultura mais ampla, no desejo de despertar o interesse das nossas crianças.

O artigo 4º da resolução também salienta o reconhecimento da criança como sujeito histórico de direitos, que precisa estar no centro do processo educativo, para que as propostas pedagógicas da Educação Infantil considerem:

que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.1)

Nesta perspectiva Benjamin (1984, p.75) sugere que quando um adulto narra sua experiência, ele alivia os horrores de seu coração e vive novamente a felicidade, no entanto a criança repete o fato ocorrido várias vezes, reinicia a brincadeira na essência para transformar aquela experiência em hábito. Por isso, o papel do adulto nas brincadeiras das crianças, no seu faz de conta, como nos traz Santos, Ribeiro, Varandas (2014), é apenas observar, intervir quando necessário e contribuir. Assim, a preocupação básica do professor deve garantir

às crianças muitas oportunidades de interação com companheiros de idade, dado que elas aprendem coisas que lhes são muito significativas quando interagem com companheiros da infância e que são diversas das coisas de que elas se apropriam no contato com os adultos ou com crianças já mais velhas. À medida que o grupo de crianças interage, são construídas culturas infantis e a identidade de cada criança com novos desafios. (OLIVEIRA, 2014, p. 190)

Para Ângelo (2018) essa é a oportunidade que a criança tem de viver a brincadeira e experimentar, testando desde os mais simples objetos até papéis sociais, sem segundas intenções, já que a brincadeira livre é a forma que a criança tem de elaborar e compreender o mundo, como um ser integrante dele.

A definição de Educação Infantil apresentada pelo artigo cinco como sendo a primeira etapa da Educação Básica, devendo ser oferecida em creches e pré-escolas desde que não sejam caracterizados como espaços institucionais não domésticos, mesmo sendo públicos ou privados, em jornada integral ou parcial, que devem cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno. Elas devem ser instituições gratuitas se oferecidas pelo Estado que precisam ser ofertados próximos das residências das crianças. Precisam ser de qualidade e é obrigatória a todas as crianças que completem quatro ou cinco anos até dia 31 de março. (BRASIL, 2009)

Quanto aos princípios éticos, políticos e estéticos a serem respeitados na elaboração das propostas pedagógicas, vem assim determinadas:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009).

Nos incisos contidos no artigo 8º é bastante ressaltado que o cuidar e o educar são indissociáveis

I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança (...) (BRASIL, 2009, p.4)

E em seu artigo nono, volta a afirmar a importância das brincadeiras e interações como eixos norteadores para a composição das práticas pedagógicas. Assim sendo, é fundamental que os profissionais da Educação Infantil incorporem as

brincadeiras em suas ações diárias. A criança precisa ter oportunidades também de aprender a participar de atividades individuais e coletivas, a conseguir se organizar e cuidar de si próprio, por isso a necessidade de diversas atividades que garantam a prática de experiências. A criança tem o direito de experimentar através das linguagens, do contato com a natureza, com a diversidade étnica e cultural, para tanto, é importante que as práticas pedagógicas,

- I – Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação das experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos da criança;
- II – Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III – possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- IV – recriem, em contextos significativos para as crianças nas atividades, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;(BRASIL, 2009, p.4)

No inciso V, a preocupação é com “(...) a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas (...) que possibilitem situações de aprendizagem e conforme o inciso VI, também a (...) autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar” (BRASIL, 2009).

Essas medidas devem possibilitar:

- VII- vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- III – incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX – promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações da música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura; (BRASIL, 2009, p.4).

Bem como promover, conforme prescreve o inciso

- X – (...) a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- XI – propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras
- XII – possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. (BRASIL, 2009, p.4)

O Art.10º da DCNEI ressalta que as “instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação [...] (BRASIL, 2009, p.5).

Conforme o mesmo artigo a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil deverá acontecer a partir de observação sistemática do comportamento de cada criança mediante as atividades planejadas pelos professores, com os devidos registros que podem ser relatórios, fotografias, desenhos, entre outros, e a reavaliação dos procedimentos, se necessário for. Sempre no intuito de aprimorar o trabalho do professor para um melhor aproveitamento, sem o objetivo de selecionar, promover ou classificar. Essa avaliação será apenas uma transição para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

Essa integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental é objeto do artigo 11:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2009)

De acordo com BRASIL (2017), atendendo às DCNEI, as crianças da Educação Infantil, devem seguir os eixos estruturantes das práticas pedagógicas, nessa etapa da Educação Básica, a fim de construírem e se apropriarem de conhecimentos por meio de suas ações e interações com os colegas, com os adultos, para conquistarem a aprendizagem, o desenvolvimento e a socialização.

Para tanto, foram propostos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. São eles:

O primeiro direito é o da convivência com outras crianças e adultos, que possibilitem ampliar o conhecimento de si e do outro, respeitando as diferenças culturais e pessoais.

O segundo direito está relacionado com a importância do brincar na Educação Infantil, mas brincar diariamente, de diferentes formas, em diferentes espaços e tempos, tanto com crianças quanto com adultos, para que ela possa ampliar e diversificar o acesso a produções culturais, conhecimentos, imaginações, tendo

experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. Temos que ter em mente que a brincadeira é essencial na Educação Infantil, ela deve estar presente intensamente na rotina da criança, através da disponibilidade de diversos materiais que auxiliem no desenvolvimento das brincadeiras.

Participar é o terceiro direito,

participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017, p.38).

Pode-se permitir esse direito envolvendo as crianças na escolha das brincadeiras, dos materiais ou mesmo contribuindo com as decisões que lhes digam respeito, que organizam o seu cotidiano.

O quarto direito, é o de

explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2017, p.38).

É fundamental que a criança faça essa exploração sozinha, a BNCC propõe que se crie situações e materiais de tal maneira que a criança explore e perceba sua descoberta, materializando.

Tais conhecimentos indicam que a atividade da criança não se limita à passiva incorporação de elementos da cultura, mas consideram que ela afirma sua singularidade atribuindo sentidos à sua experiência desde o nascimento, como meio para seu desenvolvimento em diversos aspectos (afetivos, cognitivos, motores e sociais) (OLIVEIRA, 2010, p.5).

Mesmo vindo de uma cultura em que o aluno é passivo do seu ensino, a BNCC apoia o direito de se expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

A criança, através das suas linguagens ou expressões, está sempre sinalizando algo, pontuando, explicita ou implicitamente, a sua realidade, ou seja, a sua subjetividade. Os pequenos gestos, que muitas vezes passam despercebidos, revelam o mundo interior da criança, suas emoções, sentimentos ou pensamentos (SANTOS e RIBEIRO, 2014, p. 111).

Por fim, a nova base apresenta, o direito de conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. Criar situações que auxiliem o reconhecimento de si e do outro, como o uso de espelho, nos momentos de alimentação, nas trocas de fraldas, no banho, explicando o que será feito, qual a parte do seu corpo a fim de que ele se reconheça como pessoa e não como objeto.

Além disso, a organização curricular da Educação Infantil pela BNCC, está estruturada em cinco campos de experiências. São eles:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista [...]é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas (BRASIL, 2017).

É importante trabalhar com a criança atividades que venham contribuir ao reconhecimento do aluno, na construção da sua identidade e subjetividade.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem (BRASIL, 2017).

Através desse campo de experiência as crianças conseguem se orientar em relação a aproximar-se ou distanciar-se, por meio de diferentes linguagens para seu desenvolvimento. O próximo campo de experiência é:

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras [...] Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca (BRASIL, 2017).

Um outro campo é:

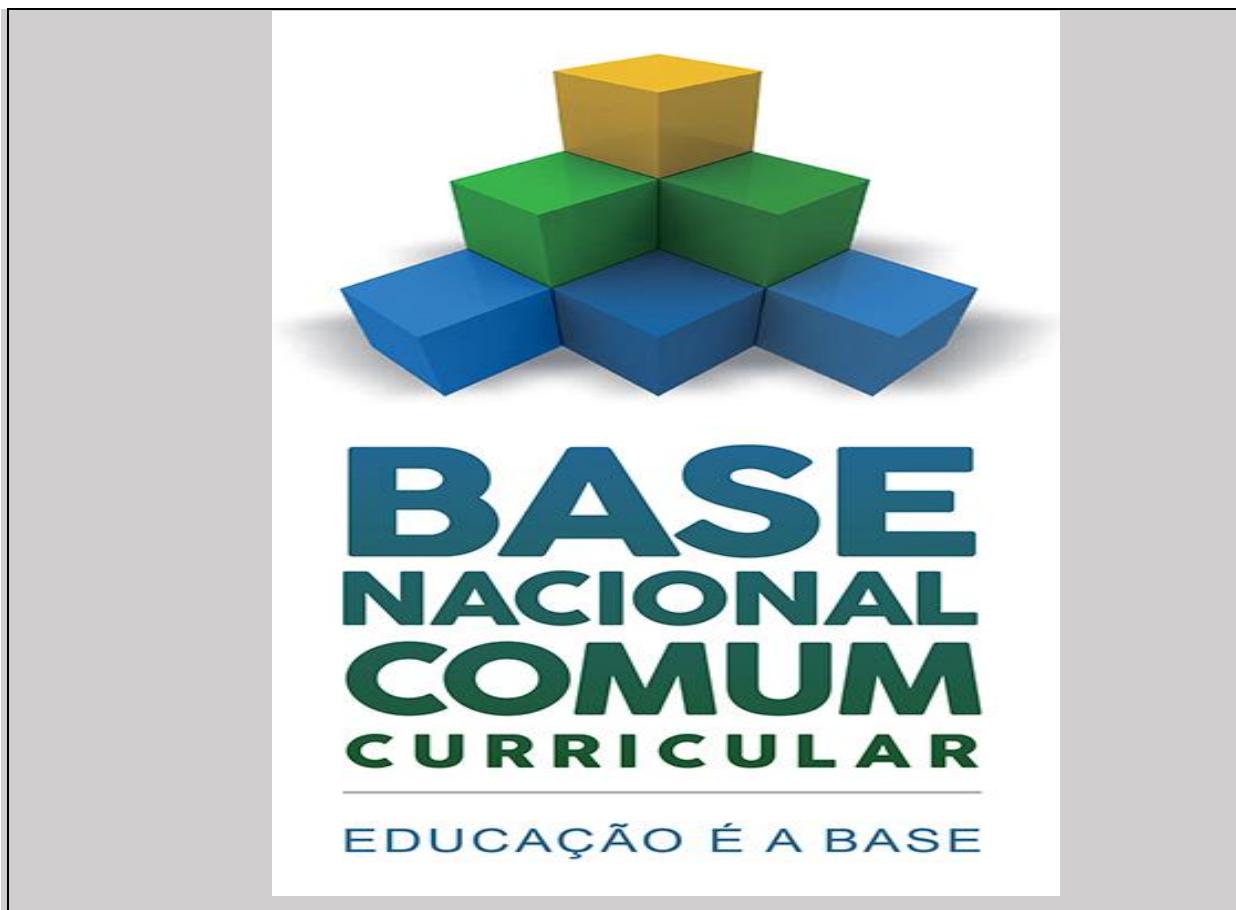
Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem [...] progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação (BRASIL, 2017)

As crianças interagem em casa com a família, na escola, com outras crianças e professores ressaltando a linguagem oral que vai ampliar as diversas formas sociais de comunicação presentes na cultura humana, dando destaque para leitura de livros, histórias pensando no comportamento leitor, na imaginação, na representação e na linguagem escrita, sem com isso acelerar a alfabetização que só vai acontecer no ensino fundamental, é apenas uma inserção no mundo letrado, no mundo da leitura e da escrita. E por último:

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais [...] Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural [...] Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos [...] que igualmente aguçam a curiosidade. (BRASIL, 2017)

Por isso foi criada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), veio como um documento de caráter normativo para definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a fim de que todos os alunos os desenvolvam no decorrer da Educação Básica, para garantir seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vai dialogar com as Diretrizes Nacionais Curriculares, trazendo maior detalhamento sobre os objetivos de aprendizagem.

Figura 2 - Base Nacional Comum Curricular



FONTE: Brasil. MEC. 2017

A concepção de criança para a BNCC/BRASIL (2017) como um “ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores” reforçando a visão das DCNEI que é a criança como protagonista em todos os contextos de que ela faz parte, ela não apenas interage, mas também, cria e modifica a cultura e a sociedade. A partir da BNCC, teremos um avanço significativo na compreensão de que a criança com quem se trabalha, aprende, oferece referências para construir um currículo, baseadas em direitos de desenvolvimento e aprendizagem bem definidos. A BNCC está estruturada em grupos, baseados nos campos de experiência e as características de cada faixa etária. (BRASIL, 201, p. 23). Os bebês de berçário, são de zero a 1 ano e 6 meses; crianças bem pequenas estão entre 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e de 4 a 5 anos e 11 meses, são as crianças pequenas.

Na Educação Infantil, devem estar assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que aumentem as condições de aprender e se desenvolver. São eles, o direito a conviver com outras crianças e adultos, utilizando diferentes linguagens e ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferentes pessoas, garantindo esse direito através de situações que as crianças possam interagir com seus colegas e não apenas consigo mesmas, possam respeitar regras como jogos, de organização do espaço para a convivência do grupo, organização dos brinquedos, organização das refeições, sempre pensando em respeitar o outro.

1.2. Apresentação dos conceitos norteadores

O conceito de educação na visão de Paul Singer (1995) é como um processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos civis e obrigações típicos da democracia, assim, o grande propósito da educação seria proporcionar ao filho das classes trabalhadoras a consciência, a motivação para lhe permitir maior engajamento em movimentos coletivos para mais liberdade e igualdade na sociedade, é habilitar o indivíduo a se inserir na vida adulta de forma adequada para participar dos embates dos grupos sociais, e na mesma linha, Frigotto (1995, p.31), afirma que a educação é uma forma de relação social e não está reduzida a um fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica.

Como diz Cury (2002, p.246) [...] a educação é um caminho para que as Luzes da razão se acendam em cada indivíduo para que possa usufruir da igualdade de oportunidades e poder avançar em direção ao mérito [...] E ainda complementa Cury, (2005, s/p) que a educação tem a função social de diminuir a discriminação.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional. (DOURADO et al, 2007, p. 7).

A própria legislação afirma que educação contribui para o desenvolvimento social de um país, isto não pode ser um privilégio para poucos, mas como um direito de todos para tanto, é condição *sine qua non* que seja efetivado para além do texto da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que assegura, por meio de seu artigo 205, ser a educação direito de todos, dever do Estado e da família, e com a colaboração da sociedade deve ser promovida e incentivada, a fim de que toda pessoa esteja preparada para exercer sua cidadania além de estar qualificado para o trabalho.

O direito à educação é o primeiro dos direitos sociais garantidos pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015 além da saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, como também assistência aos desamparados.

A Educação Infantil, para BRASIL/CNE/CEB (2009) é a primeira etapa da educação básica, que como dever do Estado, deve ser ofertada de forma gratuita, com qualidade e sem nenhum requisito de seleção, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados, como creches e pré-escolas, no período diurno, integral ou parcial, para que crianças de 0 a 5 anos de idade, sejam educadas e cuidadas sob a supervisão de um órgão competente do sistema e submetidos a um controle social.

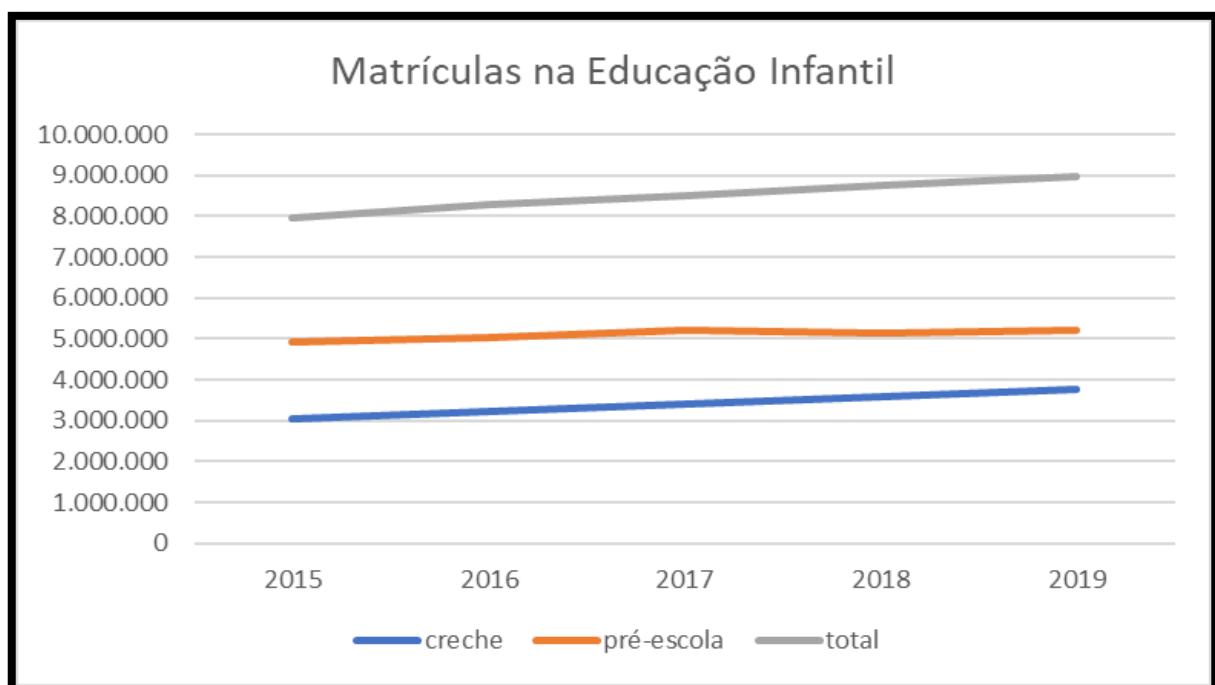
O sistema de educação brasileiro é organizado em dois níveis, educação básica e educação superior. A Educação Básica, por sua vez é composta da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Já, a creche para atender a crianças de 0 a 3 anos e 11 meses e a pré-escola a crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, são os dois segmentos da Educação Infantil, que anteriormente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), eram exclusividade de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos no ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Para compreendermos a Educação Infantil, recorremos aos relatos do surgimento da educação dos pequenos, segundo Coutinho e Shimitt (2014) o jardim da infância foi inaugurado no Brasil ainda no final do século XIX, na cidade de São Paulo, destinado aos filhos da elite paulistana, independentemente de ser ou não uma instituição pública. Contudo, a primeira creche surgiu no início do século XX com objetivo de acolher, exclusiva ou principalmente, filhos de mães trabalhadoras, assegurando um direito da mãe, como parte das políticas sociais de atendimento à infância, todavia, havendo distinção entre classes sociais. Kramer (1987) e Ângelo

(2018) concordam que as creches surgiram, em caráter assistencialista, com a função de guardiã de crianças órfãs e filhas de trabalhadores do sistema capitalista, visando afastar crianças pobres do trabalho servil e Alves (2016) arremata a ideia de que esse tipo de assistencialismo estava arraigado no país, por fatores históricos e que as Emendas Constitucionais nº 14/2006 e nº 53/2009 trouxeram uma nova perspectiva ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade, já que a EI é um direito educacional.

Em concordância a isso, Andrade (2010), avalia que o reconhecimento da criança como sujeito social e histórico, com seus direitos sociais assegurados, inaugurou um novo momento da legislação infantil, enxergando a criança como cidadã. Ao contemplar o direito das crianças pequenas à educação estabeleceu como dever do Estado, a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos. (ANDRADE, 2010). A autora relembra que creches são instituições que atendem as crianças de 0 a 3 anos e pré-escola às crianças de 4 a 6 anos, sendo assim as creches e pré-escolas passaram a integrar um sistema de educação de ensino.

Gráfico 1 - Evolução do número de matrículas na Educação Infantil segundo etapas de ensino Brasil

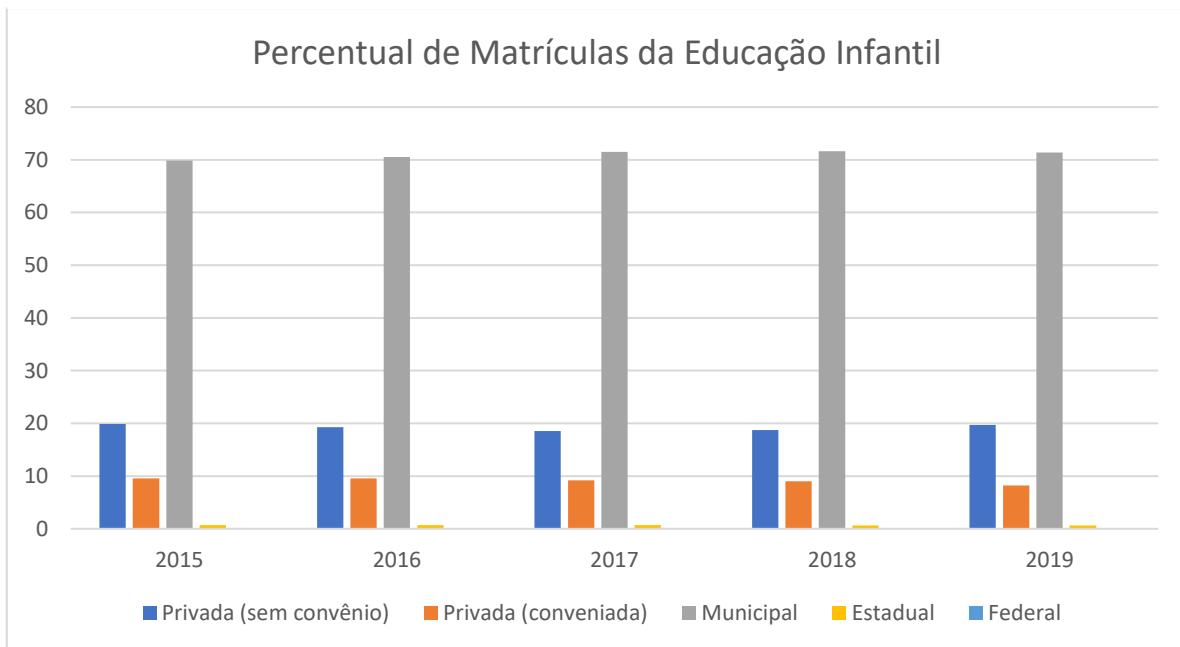


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de Educação Básica

Dados divulgados pelo Censo Escolar de 2019, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 2019). divulgaram que há mais brasileirinhos de 0 a 6 anos matriculados, apontando um

aumento em 12,6%. Aumento esse, impulsionado pelo número de matrículas em creches, com 167,8 mil registros a mais em 2019 do que em 2018, ou seja, uma variação de 4,7%.

Gráfico 2 - Percentual de matrículas da EI – Brasil (2015-2019)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de Educação Básica

De acordo com Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, todavia, não são apenas regras e procedimentos para determinar as relações existentes entre tal poder e a sociedade, como também, constituem documentos que posicionam ações, onde serão aplicados os recursos públicos; e o mesmo autor continua, são consideradas públicas porque levam em conta os interesses públicos, debatidos e elaborados em ambientes públicos na pretensão de atender à demanda dos setores mais marginalizados da sociedade. Pertencem a um processo dinâmico de negociações, pressões e

mobilizações por intermédio da sociedade civil, considerando uma agenda que pode refletir ou não interesses de setores majoritários da população.

Azevedo (2017) pressupõe que as políticas públicas devem ser analisadas de acordo com a “esfera política (*polity*), com a atividade política (*politics*) ou ação pública (*policies*)” porque elas serão elaboradas de acordo com as intenções dos que fazem política e das ações em desenvolvimento, em vista disso, Höfling (2001) considera ser o Estado o elaborador das políticas públicas por meio de projetos de governo, recorrendo a programas e ações, atingindo setores específicos da sociedade e reitera que tais políticas, não podem ser reduzidas as esferas estatais, visto que envolvem órgãos públicos e outros organismos e agentes da sociedade interessados na política que foi implementada.

Nesta perspectiva, Setúbal (2000), comprehende que as políticas públicas devem ser acompanhadas com mais agilidade e flexibilidade do Estado, somado aos segmentos da sociedade, no que tange à modernização do sistema educacional, que queira oferecer maior qualidade em seus serviços, e Azevedo (2009) complementa que, desde a CF/1988, as políticas expressam em seus planos e projetos, uma gestão da educação descentralizada, embasada em igualdade de acesso e usufruto de um processo de escolarização com qualidade, numa gestão democrática dos sistemas de ensino público.

Na mesma direção de entendimento de Piana (2014), o governo assume a política educacional como tarefa de sua competência, no entanto, descentraliza a execução aos estados e municípios, assumindo o controle do sistema através de uma política de avaliação em todos os níveis de ensino, e o mesmo autor (2009) nos situa que na década de 1980, as políticas sociais, assim como a política educacional, foram ajustadas ao modelo econômico", pois uma recessão econômica abalou o Brasil, com desemprego e subemprego, e uma luta voraz para a garantia dos que ainda se mantinham empregados, o que “atingiu diretamente o sistema educacional, desmistificando o desejo do jovem em conquistar um diploma e o título para enfrentar o desemprego [...]”.

Como toda política é construída sob diferentes níveis de influência, podendo ser internacional, que fazem pressão na elaboração de políticas públicas nacionais, as próprias influências nacionais e as locais. Por meio de Shiroma, Campos e Garcia (2005) podemos identificar organismos internacionais influenciando nossa Educação,

As reformas educacionais desencadeadas nos Estados Unidos e Inglaterra com a publicação dos relatórios *The Paideia Proposal* (ADLER, 1982) e *A Nation at Risk* (1983) forneceram as bases para a avalanche de reformas verificadas em vários países nas últimas décadas (APPLE, 1995). Nessa empreitada, tiveram marcada influência os organismos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros, que por meio de seus documentos não apenas prescreviam as orientações a serem adotadas, mas também produziam o discurso “justificador” das reformas que, preparadas em outros contextos, necessitavam erigir consensos locais para sua implementação. Tais agências produziram a reforma e exportaram também a tecnologia de fazer reformas. (SHIROMA, CAMPOS E GARCIA, 2005, p.430)

Dentre as mobilizações internacionais, foi notória a Conferência Mundial de Jomtien, Tailândia, em 1990, da qual o Brasil foi um dos países signatários, e como tal,

assumiu o compromisso de satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A conferência trouxe desdobramentos significativos para o encaminhamento das questões educacionais: estimulou a substituição das práticas autoritárias e centralizadas por um processo mais participativo, contando com o engajamento responsável de toda a sociedade brasileira. (INEP, 2000, p.73)

Com os dados obtidos pelo INEP (2000) a primeira grande mobilização para atender à proposta da referida conferência, foi um Plano Decenal de Educação para Todos. No entanto, não obteve o “alcance das metas estipuladas pelo Plano, o qual dependerá do esforço compartilhado por esferas governamentais, técnicos dos sistemas de ensino, acadêmicos, famílias e sociedade civil em mobilização permanente.” Observa-se uma mudança de foco,

A atenção à escola e à sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira, na qualidade e equidade do sistema educativo e nos objetivos de universalização associados à permanência. Também a valorização do magistério, a necessidade de institucionalizar novas relações entre as instâncias — o regime de colaboração —, a ênfase na correta aplicação dos recursos constitucionais, na continuidade e sustentabilidade das políticas educacionais, bem como na incorporação dos segmentos sociais ao esforço de universalização e melhoria da qualidade educativa [...] (INEP, 2000, p.47)

Para Carlos Roberto Jamil Cury (2008), um sistema pode ser entendido como um conjunto, uma ideia, uma rede de órgãos, ou seja, tudo que se une em torno de uma intenção, de uma unidade e que esses elementos estejam relacionados entre si.

Considerando ser o Brasil, uma ‘República Federativa, onde supõe ter um pacto federativo no qual coexistem a união federativa e pluralidade entre seus entes federados’ e da coexistência da unidade e sua diversidade, o mesmo autor sustenta que quatro elementos sejam indispensáveis para a organização de um sistema. São eles: fato que um sistema precise ser uma rede de órgãos, instituições escolares e estabelecimentos; norma, que se tenha um ordenamento jurídico com leis de educação; que tenha o valor de ser uma finalidade comum e que base comum seja um direito.

De acordo com o Sistema Nacional de Educação (SNE) assume assim, o papel de articulador, normatizador, para minimizar as diferenças regionais do país, coordenador e quando preciso for, financiador dos sistemas para garantir as finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns, mas mantendo as especificidades próprias de cada, para tanto é preciso,

o redimensionamento da ação dos entes federados, garantindo diretrizes educacionais comuns a serem implementadas em todo o território nacional, tendo como perspectiva a superação das desigualdades regionais. Dessa forma, objetiva-se o desenvolvimento de políticas públicas educacionais nacionais universalizáveis, por meio da regulamentação das atribuições específicas de cada ente federado no regime de colaboração e da educação privada pelos órgãos de Estado. (BRASIL, 2010)

Saviani (2008) considera importante a relação entre sistema de educação e plano de educação, e Dourado (2013) pressupõe que a aprovação do PNE como política de Estado, assim como a lei complementar de regime de colaboração sejam passos concomitantes à instituição do SNE, com bases constitutivas para o delineamento de medidas, que coordenem de modo articulado, as normas dos processos de decisão e responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos.

Saviani (2010) elucida que apesar do SNE ser considerado apenas público, não impede que instituições privadas, em suas diferentes modalidades possam dar sua contribuição para o desenvolvimento da educação brasileira, e que quanto maior a autenticidade delas, melhor tipifica sua colaboração. É improvável enfraquecer o Sistema Nacional de Educação por ser a educação apenas uma tarefa do governo, mas sim, de toda a sociedade sentindo-se representada no Estado, vivenciando o Estado como coisa sua, e assim, cuidando da educação e reforçando seu caráter público, cobrando do Estado a priorização efetiva da mesma. Devemos evitar diluir as responsabilidades que são do poder público para a filantropia ou voluntariado, pois

isso mostra um retrocesso, quando no início da era moderna, toda forma de instrução era tratada como caridade pública.

Quando a Constituição determina que a União estabeleça as diretrizes e bases da educação nacional, obviamente ela está pretendendo com isso que a educação, em todo o território do país, seja organizada segundo diretrizes comuns e sobre bases também comuns. E a organização educacional com essas características é o que se chama “Sistema Nacional de Educação”. (SAVIANI, 2010, p.771)

Segundo Azevedo (2014a) plano é uma expressão do planejamento, do planejar que significa selecionar diretrizes, estratégias, técnicas e modos de agir a fim de que os governos intervenham para a regulação e resolução de problemas nos setores sociais. Tudo isso para atingir as metas estabelecidas para as políticas públicas. Cury (2011a) expõe que plano de Estado seja um instrumento político com a finalidade de guiar na tarefa de se certos objetivos, seguindo uma metodologia mais apropriada para a política almejada. Todavia, Azevedo (2014b) admite que planos não são estáticos, que podem sim, incorporar reconstruções, redirecionamentos e os quais, constituem um dos mecanismos que usamos para construirmos um futuro.

Cury (2011b) historiciza que a primeira proposta de um plano que atendesse aos direitos sociais com as mesmas características complexas de hoje, surgiu no contexto da crise de 1929, já Saviani (2010), menciona que a origem do plano no Brasil, data na década de 1930, com sua primeira manifestação explícita aconteceu em 1932, dada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e que foi consolidado 60 anos depois, de acordo com o BRASIL (2001a)

A LDB retomou o mandato de Jomtien, instituindo a Década da Educação, a vigorar a partir de dezembro de 1997 (art. 87) e determinando à União encaminhar ao Poder Legislativo, no prazo de um ano, o Plano Nacional de Educação. Novamente se obtêm avanços: o plano deve ter sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a duração de uma década. (BRASIL, 2001)

BRASIL(2001b) nos expõe que o Plano Nacional de Educação possui características importantes, que interferem na concepção e no desenho operacional dos planos estaduais e municipais, tais como, ser um plano nacional com objetivos e metas da nação brasileira; ser um plano de Estado, ou seja, os governos podem ser mudados, ajustes podem ser feitos, mas sua essência será mantida; ser um plano

global, que atenda a toda educação e ter sido aprovado por lei, como determinou o Art.214 da CF/1988, torna-se assegurado com maior força e garantia de execução.

Azevedo (2014c) compara os dois planos Nacionais de Educação, mostrando que o I PNE, mesmo com limitações, representou um documento muito importante para a nossa educação, por ter conseguido sistematizar o conjunto de diretrizes, metas e estratégias para todos os níveis e modalidades de ensino, apesar dos conservadores no poder, e que a II PNE já se apresentou diferente, desenvolvendo um amadurecimento da sociedade, ao se pensar no futuro, a percepção de elementos impostos pela ordem global e pela síntese, estabelecida entre as tendências progressistas e conservadoras.

Para tanto a “A União, em articulação com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil” (BRASIL, 2001a) deveriam proceder avaliações periódicas relacionadas à implementação desse plano, mais especificamente a partir do quarto ano de vigência desta Lei (BRASIL, 2001b). Para tanto, seria instituído um Sistema Nacional de Avaliação que estabeleceria “mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2001c).

No Plano, a qualidade está implícita em todas as metas e explícita nas estratégias e Azevedo (2011d) define qualidade como propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas, com as quais é possível distingui-las das outras, determinando sua natureza. Para tanto, faz-se necessário parâmetros comparativos que permitam julgar ser de boa ou má qualidade, levando em consideração as variações temporais e espaciais, pois tudo se altera de acordo com o momento histórico que se vive, principalmente quando se trata de fenômenos sociais.

Os autores Dourado, Oliveira e Santos (2007) apresentam uma definição de qualidade de educação, trazida num boletim da Unesco de 2003, como sendo a relação entre recursos materiais e humanos, entre o que ocorre na sala de aula e o resultado da aprendizagem das crianças. A mesma é avaliada mediante o desempenho dos alunos, por meio dos processos de ensino aprendizagem, dos currículos e das expectativas de aprendizagem nas escolas.

Da mesma forma, apresentam as concepções de qualidade em documentos de organismos internacionais, como:

Os documentos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), ao abordarem a questão da qualidade da educação, enfatizam a necessidade do desenvolvimento de ferramentas e diagnósticos por meio de provas ou outros instrumentos de aferição da qualidade. Segundo a Cepal, a avaliação é fundamental para o monitoramento das políticas e para orientar as intervenções no campo educativo.

Unesco/Orealc entende tratar-se de fenômeno complexo e multifacetário a ser compreendido por meio de diversas perspectivas. Nesse sentido, aponta quatro dimensões que compõem a qualidade da educação, quais sejam, a pedagógica, a cultural, a social e a financeira. Unesco como a OCDE qualidade da educação é definida com relação aos recursos materiais e humanos que nela se investem, assim como em relação ao que ocorre no âmbito da instituição escolar e da sala de aula, seja nos processos de ensino e aprendizagem, seja nos currículos e nas expectativas com relação à aprendizagem dos alunos. (DOURADO et al, 2007, p.9)

Dourado, Oliveira e Santos (2007) entendem, portanto, que a qualidade da educação é um fenômeno bastante complexo, o qual abrange múltiplas dimensões extraescolares e intra-escolares que são fundamentais ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Envolve diferentes atores, práticas pedagógicas, currículos que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

No entanto, faz-se necessário

ter presente que são muitos os significados a ele atribuídos. Os próprios conteúdos do atributo qualidade, na medida em que resultam da reflexão/ação humanas, historicamente, vêm se construindo e têm variado de acordo com os interesses de grupos e classes sociais [...] varia de acordo com os projetos hegemônicos em distintos contextos históricos, sem, no entanto, deixar de expressar uma contaminação de elementos oriundos de outras significações, peculiares às forças sociais em luta (AZEVEDO, 2011, p.424).

Já para um contexto neoliberal, Azevedo (2011) nos apresenta que o conceito de qualidade adotado pelo mercado é aquele diretamente ligada à produtividade presente nos sistemas de ensino, priorizando o retorno dos recursos investidos nas escolas.

As suas 10 diretrizes, apresentadas no art. 2º, trazem subjacentes elementos da concepção de qualidade socialmente referenciada, quais sejam: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento

às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Assim, no Brasil, foi necessário criar um indicador que informasse a qualidade educacional com o desempenho dos alunos em exames padronizados. Esse indicador é o IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, instituído pelo Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre as implementações do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em seu Artigo 3º, que estabelece:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007).

Em defesa da qualidade na educação, uma das ferramentas que podem preparar os alunos para melhores resultados nos indicadores é o material didático e Lajolo (1996) destaca a essencialidade de um livro na aprendizagem, e define um Livro Didático como:

um instrumento específico e importantíssimo de ensino e aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. (LAJOLO, 1996, p.4)

E ainda chama a atenção para que a parceria do Livro Didático com o professor não se iguale a um diálogo entre mercadoria e consumidor, mas sim, como aliados no processo de ensino, onde o beneficiário final será o aluno. No entanto, essa viabilidade só é possível quando haja material apropriado para tal, com textos, ilustrações, diagramas, tabelas bem elaborados e confiáveis para que o aluno tenha condições de solucionar exercícios e atividades que favoreçam a aprendizagem.

Todavia, Mukanata (2012) carrega uma visão menos poética e enfatiza que o Livro Didático não passa de uma mercadoria destinada a um mercado específico, chamado escola e levanta uma série de dúvidas sobre sua real utilidade em sala de aula, se não seriam apenas muletas para professores mal preparados.

Mukanata (2012) reconhece o Livro Didático como uma mercadoria, ou seja, é a materialização das relações sociais implicadas no mesmo, para tanto,

Apreender a materialidade é, antes, conhecer o processo de produção, circulação e consumo de livros, no interior do qual seus elementos, por exemplo, o tamanho da página, adquire inteligibilidade [...] na esfera da produção, diversas modalidades de trabalho concorrem para que o livro venha à luz. (MUKANATA, 2012, p.184)

Já que Zacheu e Castro julgam o livro como uma ferramenta do poder ideológico, uma mercadoria a ser vendida e envolvida em interesses.

O Livro Didático tem por essência um papel social que é o de ser um facilitador no processo de desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, mas, ou talvez por isso, ele é utilizado por forças políticas e econômicas como uma ferramenta de poder ideológico. É necessário que o Livro Didático sempre seja pensado e repensado em cada contexto social que é utilizado e em cada função que ele desempenha. O Livro Didático deve ser analisado como um material que foi escrito e estruturado como mercadoria, ou seja, o livro antes de tudo é uma mercadoria a ser vendida, mesmo que tenha simultaneamente um papel simbólico de importância crucial. Nesta ferramenta pedagógica convergem interesses díspares da nossa sociedade. Entender os mecanismos de sua produção, circulação e usos na escola nos possibilita compreender nossa própria realidade (ZACHEU; CASTRO, s.d, p.10).

Mesmo sendo considerado uma mercadoria, por muitos autores, recorro a Bittencourt (1993, p.3) que destaca ser:

um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado, mas é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época (BITTENCOURT, 1993, p.3).

Assim, estas reflexões encaminham o trabalho para capítulo 2, com a apresentação do município de Mato Grosso do Sul que optou em substituir o Livro Didático por Sistema Apostilado de Ensino.

CAPÍTULO 2 - MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

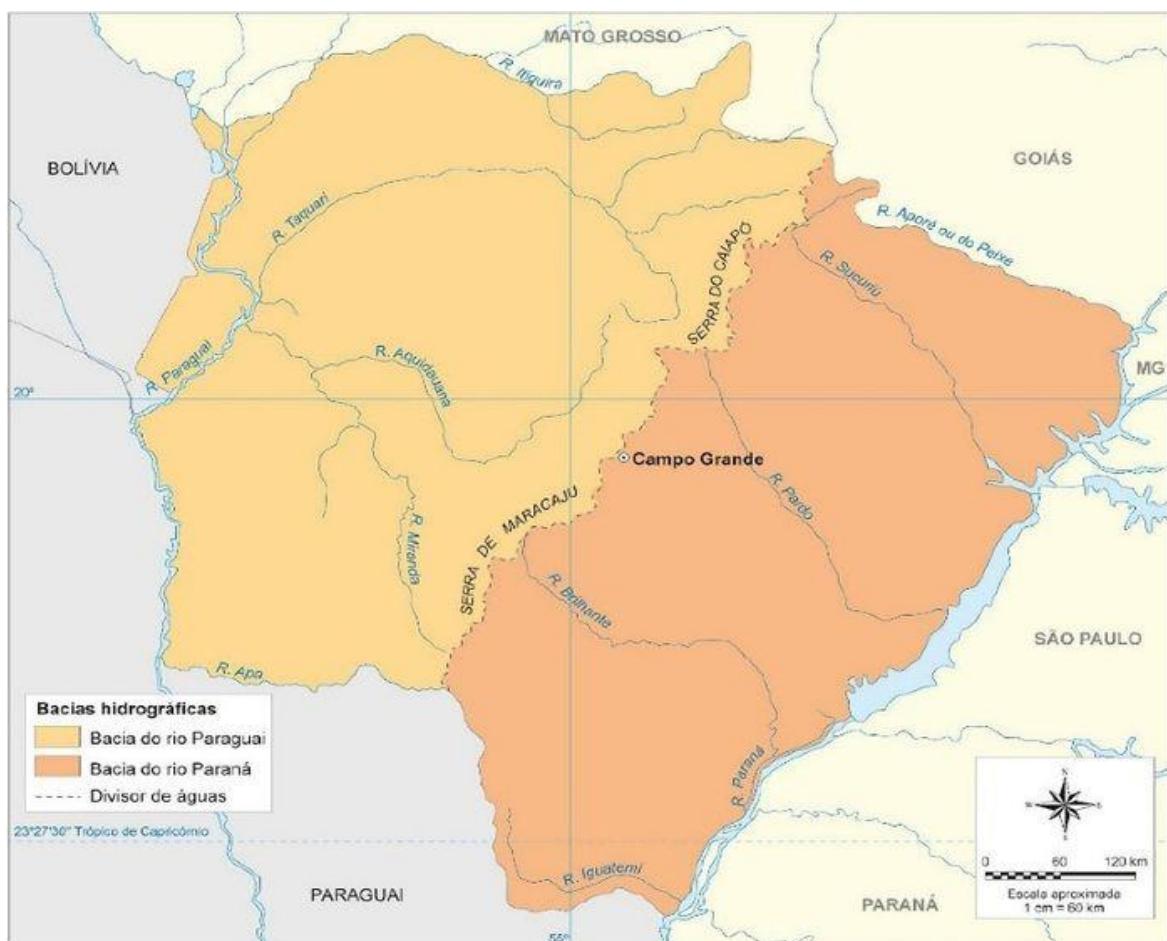
Neste capítulo pretendo caracterizar o município de São Gabriel do Oeste (MS), lócus da análise desta pesquisa de mestrado. São informações obtidas em diferentes fontes, desde material fornecido pela Secretaria de São Gabriel do Oeste, como também dados quantitativos retirados dos sites do IBGE, INEP, além do arquivo histórico fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG/MS) e informações que permitam conhecer a realidade do município estudado.

2.1 Aspectos gerais do Município

Registros históricos apontam que a origem de São Gabriel do Oeste, no início do século XVII, esteve ligada às missões jesuíticas, cujos objetivos eram converter os nativos ao cristianismo, em terras outrora pertencentes à coroa Espanhola (WEINGARTNER, 2005, p. 23).

Essas missões se organizavam entre o rio Paraguai e a Serra de Maracaju, entre o rio Taquari e o rio Apa, localização essa que facilitava a chegada dos espanhóis pelo rio Paraná, como ilustra o mapa a seguir:

Figura 3 - Bacias hidrográficas do rio Paraná e rio Paraguai de Mato Grosso do Sul



Fonte: I de Barros e Garcia (2014)

Castilho e Lima (2007) ilustram que entre os séculos XVIII e XIX, ocorreu a Rota das Monções, um percurso de três mil e quinhentos quilômetros atravessando rios, utilizando como meio de transporte, jangadas ou canoas feitas com cascas de árvores, cuja técnica fora ensinada pelos índios. Na metade do trajeto, era preciso percorrer treze quilômetros por terra, que veio a ser conhecido como Varadouro de Camapuã.

Ao longo dessa rota, estabeleceram-se nos pontos de varação e de paragem dos viajantes para abastecimento, a fazenda de Camapuã e o arraial de Beliago (Coxim). A primeira estava junto ao varadouro das duas bacias e a segunda na passagem para o leito do rio Taquari. [...] O movimento monçoneiro que se apoiou na fazenda Camapuã e Coxim, como local de “paragem”, portanto, não teve um dinamismo de longa duração (LE BOURGELAT,2000, p.94)

A mesma autora cita que para abastecer essas paragens, o gado acabou sendo a solução mais rápida e eficaz para o transporte e fornecimento de alimentos e mercadorias. Como a região tinha condições propícias para a pecuária, esse mercado tornou-se competitivo (LE BOURGELAT, 2000, p.114).

A área onde hoje se situa São Gabriel do Oeste, teve suas primeiras ocupações registradas com a vinda de criadores de gado, oriundos de Minas Gerais, no final do século XIX. ressalta que a região despertou o interesse de numerosas famílias de imigrantes, cujo objetivo era se tornarem grandes fazendeiros, as quais foram atraídas pela oferta de terras devolutas, grandes manadas de gado, extensos ervais nativos, como também a decadência da mineração em Minas Gerais e Goiás, que estimulou a vinda de outros grupos (WEINGARTNER, 2005).

O precursor dessa jornada foi Bernardino Ferreira da Cunha, por volta de 1885, e de acordo com Weingartner (2005) esses pioneiros acabavam escolhendo as “furnas”, onde encontravam as melhores pastagens, boa aguada, além de manadas de gado bravio, onde os animais eram criados de forma extensiva, centrada nas grandes propriedades de terras, utilizando apenas os recursos naturais.

Até metade do século XX, ainda conforme a mesma autora, a pecuária era a base econômica; a agricultura de subsistência era um cultivo complementar e, algumas outras propriedades cultivavam o café, como acrescenta mesma autora. No entanto a falta de incentivos e apoio, a falta de estrutura apropriada para armazenagem e transporte deficitário dos grãos tornavam a produção dispendiosa e inviável (WEINGARTNER, 2005).

Houve necessidade de se construir um projeto de desenvolvimento nacional, de integração do território, por vias econômicas e através da implantação de meios de circulação (transportes e comunicações), desenvolvido e incentivado pelo poder governamental. Esse projeto começou a ser concretizado no início do século XX, quando o Brasil internalizou o pólo econômico industrial, resultando na chamada “marcha para o oeste” (SILVEIRA, 2002, p.40).

Mediante o exposto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), indica que em 10 de maio de 1973, Balduíno Mafissoni e outros adquiriram a Fazenda Rosada, às margens da BR 163, que liga Campo Grande a Cuiabá, que fazia parte do projeto citado acima. Diante do adiantado das obras dessa rodovia, os novos proprietários da Fazenda Rosada foram estimulados à criação de um novo povoado

naquela região. Conta-se que a primeira casa construída no povoado foi de Ângelo Brizot (WEINGARTNER, 2005, p. 37).

Mesmo diante de uma experiência negativa no início do século passado quanto ao plantio de café, Ferro (2003) esclarece que no início dos anos de 1970, o Instituto Brasileiro do Café incentivou a recuperação da cafeicultura nacional, e em 1973, a região contava com cerca de 30 milhões de pés de café.

Vislumbrando uma grande oportunidade, complementa que Gabriel Abrão, proprietário de uma área de 40 mil hectares, decide dividi-la em lotes de 100 hectares com a intenção de vendê-los aos possíveis migrantes desbravadores, vindos dos estados do sul do país, em busca de riquezas na região (WEINGARTNER, 2005, p. 37).

Entretanto, no ano de 1975, segundo Ferro, (2003), as plantações de café foram dizimadas pelas geadas daquele ano, fazendo com que as pastagens voltassem a fazer parte da paisagem da região. Além disso, a introdução de técnicas modernas de produção para a correção do solo, uso de sementes melhoradas, foi um ponto positivo para a região, por resultar no surgimento das primeiras lavouras de soja que fizeram de São Gabriel do Oeste um dos maiores produtores do Estado.

Em 30 de setembro de 1976, a Vila de São Gabriel foi elevada à condição de Distrito pela Lei n 3.781/1976, por iniciativa do então Deputado Ruben Figueiró e no ano seguinte, foi criado Estado de Mato Grosso do Sul através da Lei Complementar nº 31, pelo desmembramento da área do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

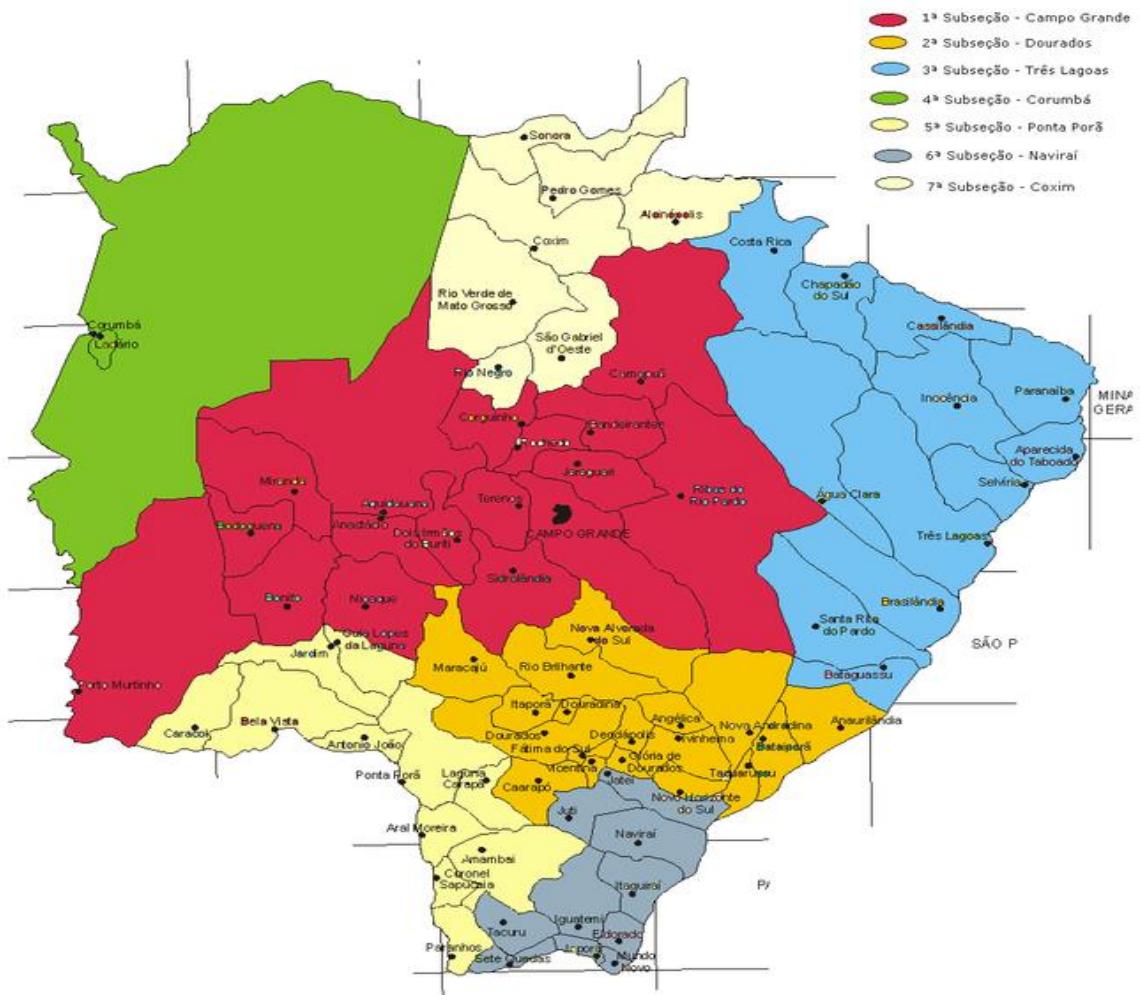
Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Pedro Gomes, ao sul, continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos Municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os Municípios de Poconé, ao norte, e Corumbá, ao sul; da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da Lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, ao oeste; da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul (BRASIL, 1977).

Sendo implantada em 1979, em consequência de muitos movimentos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Em 11 de maio de 1980, o então governador Marcelo Miranda Soares, assinou a Lei Estadual nº 74, criando o município de São Gabriel do Oeste, fixando seus limites territoriais: ao norte com o município de Coxim, ao sul com o município de Bandeirante, à leste com os municípios de Figueirão e Camapuã e à oeste com os municípios de Rio Verde de Mato Grosso e Rio Negro. (WEINGARTNER, 2005, p.38)

Apresenta-se o mapa do estado de Mato Grosso do Sul e sua divisão administrativa

Figura 4 - Mapa das Regiões de Mato Grosso do Sul



Fonte: Mapasblog.blogspot.com

2.2 Aspectos Sociais e Econômicos

Em 1980, insere que se colheu a primeira grande safra de soja. Foram construídos diversos silos para armazenagem. Nas décadas seguintes, surgiram muitos investimentos, na mão-de-obra e nas tecnologias e transformações científicas obtendo excelentes resultados na agropecuária, para atenderem o mercado internacional. O cultivo da soja é a principal atividade econômica do município, seguido da suinocultura, além da criação bovina direcionada ao corte e produção de leite (WEINGARTNER, 2005).

O IBGE (2017) apresenta que a região de São Gabriel do Oeste, utilizou 103.506 mil hectares de terra para produzir 407.142 toneladas de soja e aproximadamente a mesma quantidade de milho, já que as plantações são temporárias e rotativas, ocupando juntas, 96% da área. As áreas de pastagens abrigam cerca de 234.943 bovinos que produziam mais de 11 milhões de litros de leite e 232.500 suínos que foi responsável empresa frigorífica e abatedouro de suínos Aurora, responsável pela criação de milhares de empregos diretos e indiretos na região.

Além da produção do setor primário, destacam-se também atividades nos setores secundários e terciários que contribuem para o crescimento do município,

Outros setores da economia, como a indústria da construção civil, o comércio e serviços, ao mesmo tempo que acompanharam e participaram da prosperidade e das transformações na agropecuária, estimularam e contribuíram também para o desenvolvimento urbano. Esses setores são, na cidade, geradores de emprego e aumentam a arrecadação do município (WEINGARTNER, 2005, p. 93).

Dados obtidos pelo site do IBGE (2019) o Produto Interno Bruto (PIB) que representa a soma de todos os bens e serviços realizados na região, durante um ano é de R\$ 628.376 mil, colocando o município na 12ª posição no ranking estadual em relação aos outros 78 municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Com o intuito de situar o contexto demográfico em que a pesquisa se insere, apresentamos algumas informações quantitativas sobre a população residente em São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul. É importante destacar que os dados obtidos são referentes ao último Censo Demográfico, realizado em 2010. Foi a pesquisa mais recente que nos permitiu obter informações descritas.

O Município de São Gabriel do Oeste está situado no sul da Região Centro-Oeste do Brasil, ao norte do estado de Mato Grosso do Sul, na Microrregião do Alto Taquari. Está a 137 km de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul e a 997 km da capital federal (IBGE, 2010).

Apresenta-se dividido em três distritos, sendo a sede com 20.768 habitantes, o Aerado, com 1.228 habitantes e a Ponte Vermelha, com apenas 207 habitantes numa área total de 3.849,875km², perfazendo uma população total de 22.203 pessoas o que dispõe a população em uma densidade demográfica de 5,75 hab./km² (IBGE,2010)

A população era composta por 11.200 pessoas do sexo masculino e 11.003, do sexo feminino, 19.300 domiciliada na área urbana e 2.903 na área rural. A pirâmide etária demonstra que a maioria da população é jovem, distribuída em 3.628 crianças entre 0 a 9 anos, 4.013 adolescentes entre 10 e 19 anos, 6.091 jovens adultos entre 20 a 34 anos, 6.822 adultos entre 35 a 59 anos e 1.649 pessoas da terceira idade (Banco de Dados do Estado de MS, p.1).

Dentre os trabalhadores gabrielenses formais, 31,2% têm um salário médio mensal de 2,5 salários mínimos enquanto 31,2% da população vive com um rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem por objetivo avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, por meio de três requisitos básicos: saúde, educação e renda. O IBGE (2010) avaliou o IDHM de São Gabriel com 0,729, igualando-se à média do Estado de Mato Grosso do Sul, que é considerado alto. Houve um aumento significativo entre os anos 2000 e 2010 de 0,071 sendo que o principal fator foi a educação.

2.3 Aspectos Educacionais

Com a promulgação da LDB/1996, São Gabriel do Oeste, assim como os demais municípios do país, se viu responsável pela Educação Infantil, o que demandaria investimentos para a oferta dessa etapa da educação básica. Em 1990, o município promulgou a Lei Orgânica Municipal que apresentou em seus artigos 105,106 e 107 que promoveria a educação como direito de todos e dever do Estado, baseada nos princípios da igualdade de condições para a acesso, frequência e

permanência na escola e já anunciando a municipalização no ensino fundamental e pré-escolar:

Art. 105. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 106. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da Lei, plano de carreira para o magistério público municipal, com piso salarial profissional, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e de títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições escolares mantidas pelo Município;

VI – Gestão democrática do ensino público;

VII – garantia de padrão de qualidade.

Art. 107. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

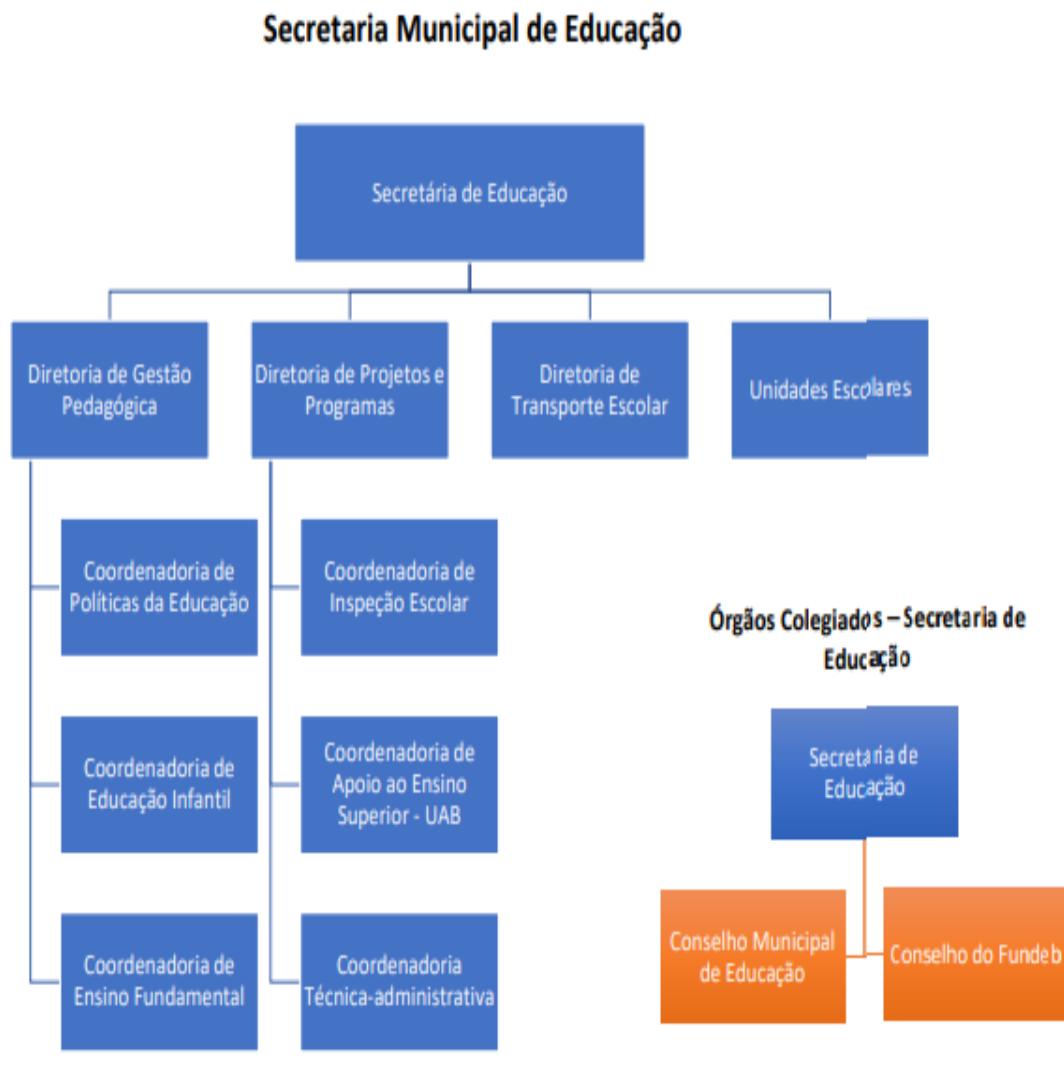
§ 1º. É dever do Município oferecer condições para o recenseamento dos educandos do ensino fundamental, zelando junto aos pais ou responsáveis pela freqüência regular à escola.

§ 2º. Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e orçamentários.

§ 3º. O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação. (BRASIL,1996)

Para a organização da educação municipal, a Secretaria da pasta conta com diretorias e coordenadorias, como também os órgãos colegiados :Conselho Municipal de Educação, de caráter consultivo, normativo, fiscalizador, formado por membros que representam segmentos da sociedade e Conselho do FUNDEB, entre outros órgãos de apoio funcionando como executores de tarefas, conforme organograma da figura 5.

Figura 5 - Organograma Secretaria Municipal de SGO



Fonte: www.saogabriel.ms.gov.br

Sendo assim, torna-se imprescindível garantir a qualidade no que diz respeito a essa etapa da educação básica. Com a municipalização, São Gabriel teve de se adequar para absorver crianças na pré-escola. Reorganizou o quadro de funcionários para que estivessem habilitados na função de educar e cuidar e fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, abandonando o caráter assistencialista para focar na formação e desenvolvimento infantil. (PME/SGO, 2015, p.26).

Observando a Tabela 1, nota-se que há maior busca pela Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos mesmo não sendo obrigatória até 2016. Há uma necessidade de se ampliar a oferta por vagas.

Tabela 1 - Total de matriculados na EI até 2015

Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos
2013	690	740
2014	1.020	756
2015	1.164	530

Fonte: elaborado pela autora baseada em dados da SEMEC/SGO, 2020

Há um aumento no número de matriculados nos Centros de Educação Infantil e uma redução na pré-escola. Redução esta explicada pelo fato do acesso obrigatório de crianças a partir de 6 anos na implantação do Ensino Fundamental de 9 anos. Em se tratando da pré-escola, pode-se verificar uma progressiva diminuição no número de matrículas de 2013 a 2015, na ordem de 28,38%, no município de São Gabriel do Oeste. Ao detectar a baixa frequência, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto acionou a Equipe Técnica da própria Secretaria e o Conselho Tutelar, órgão que ajuda a fiscalizar o cumprimento da legislação, orientando as famílias para a realização da matrícula na faixa etária que é obrigatória para monitorar o acesso e a permanência das crianças da Educação Infantil.

De acordo com o PME/SGO (2017) são vários casos isolados para a explicação dessa redução, entre elas a falta de conhecimento de muitas famílias sobre a obrigatoriedade da escolarização dessa faixa etária.

Tabela 2 - Evolução das Matrículas da pré-escola de 4 a 5 anos

Ano	Estadual	Municipal	Privada	TOTAL
2013	0	364	303	677
2014	0	375	341	716
2015	0	358	338	696

Fonte: elaborado pela autora baseada em dados da SEMEC/SGO, 2020

O sistema de educação de São Gabriel é composto por escolas particulares e públicas, possui quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), quatro escolas privadas e cinco escolas municipais,

o Centro Municipal de Educação Infantil Jardim Gramado, Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, Centro Municipal de Educação Infantil

Mundo da Criança e Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Cidadão. Possui escolas privadas: Fundação Educacional Cristo Rei, Escola Fabiano de Cristo, Escola Dente de Leite e APAE e escolas municipais: Escola Municipal Énio Carlos Bortolini, Escola Municipal Pingo de Gente, Escola Municipal Armelindo Tonon, Escola Municipal Senador Filinto Muller e Escola Municipal Nilma Glória Gerace Gazineu. (PME/SGO,2015-2025, p.28)

A partir de dados do PME/SGO (2015), os Centros Municipais de Educação Infantil de SGO contava com 93 professores regentes e assistentes, sendo que 42 possuíam graduação completa e 32 eram pós-graduados. Esses CMEIs também contavam com assistentes e estagiárias com formação em magistério.

No ano de 2015, a Pré-escola da Rede Municipal valia-se de 24 profissionais e 5 estagiários, sendo que 11 professores eram graduados e 13 pós-graduados e estagiários com formação em magistério.

Tabela 3 - Formação profissional nos CMEIs

	Ensino médio		Graduação		Pós-graduação	
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo
Professor Regente				5		14
Professor Assistente		17	12	27		18
Assistente administrativo educacional		13	02	01		
Estagiárias	01	03	03	01		

Fonte: elaborado pela autora baseada em dados da SEMEC/SGO, 2020

Tabela 4 - Formação Profissional Educação Infantil – 4 a 5 anos

	Ensino Médio			Graduação		Pós-Graduação	
	Incompl.	Compl.	Outros	Incompl.	Compl.	Incompl.	Compl.
Professor(a)					11	1	12
Estagiário(a)	2			3			

Fonte: elaborado pela autora baseada em dados da SEMEC/SGO, 2020

De acordo com o PME/SGO (2015), São Gabriel do Oeste dispõe de estabelecimentos apropriados no que tange à espaço físico adaptado para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, mobiliário e material pedagógico adequados à finalidade de promover a aprendizagem.

O relatório sobre as metas do Plano Municipal de Educação de SGO, observadas no período de 2015 a 2017, conforme a tabela 6 em que apresenta a descrição das estratégias, o prazo, a avaliação, as ações e informações relevantes sobre a execução das mesmas.

META 01– Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PME/SGO (PME/SGO, 2017).

A universalização da educação, conforme Cury (2010) é um "ato ou efeito de tornar-se comum, universal, geral. Corresponde à meta da educação para todos", está diretamente relacionada com o "[...] direito de educar por parte do Estado correspondendo à obrigatoriedade escolar para determinada camada da população infanto-juvenil" (HORTA, 1998, p.10). A obrigatoriedade escolar determina a obrigação estatal. Por isso, há que sempre buscar a forma mais segura para garantir e, impedi-los de serem extintos.

O direito à educação tem de constar nos planos, programas e em projetos que nortearam estas ações dos entes federados.

O acesso à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas (Cury, 2002) e também no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido os planos de educação devem sinalizar as políticas educacionais e a estreita relação entre os conceitos de Sistemas e Redes de Educação e Planos de Educação, porque o sistema resulta de atividades e ações sistematizadas que buscam intencionalmente realizar determinadas finalidades (SAVIANI, 2010)

O Plano Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste está "[...] alinhado ao Plano Estadual e ao Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação deverá espelhar um projeto educacional a ser construído com a democratização da gestão do ensino público, obedecendo aos princípios da participação da sociedade

como um todo. Este Plano, de acordo com o próprio documento traz estabilidade às políticas governamentais, compromissos coletivos sobre os rumos da Educação no Município para a melhoria da qualidade de vida. Por isso este pontua estratégias alinhadas a esfera federal, estadual e atendendo a realidade local. (SÃO GABRIEL DO OESTE,2015).

O Plano Municipal de Educação do Município de São Gabriel do Oeste, aprovado pela Lei nº 1.008/2015, de 16 de setembro de 2015, em cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, consoante com a Lei Federal nº. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional (PNE) e a Lei Estadual nº. 4.621/2014 que aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE – MS) estabelece que as metas e os prazos sevem ser respeitados conforme definidos pelo PNE.

Das 20 estratégias, monitoradas e coordenados, em 2017, por instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e periódico das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação - PME, objetivando o cumprimento do mesmo. São três segmentos importantes para a educação municipal, como a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, o Conselho Municipal de Educação e Comissão de Monitoramento e de Avaliação, além de uma comissão previamente determinada, conhecimento técnico, teórico e experiência concluiu que

Quadro 1 - Estratégias Alcançadas

	DESCRÍÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÃO PARA ATINGIR
1.1	Definir, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, metas de expansão da educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; e atender 40% da demanda manifesta por creche até 2018, 60% até 2020 e, progressivamente,	Ampliação do espaço físico nos CMEIS com abertura de novas turmas nas unidades já existentes.

1.5	<p>Preservar e adequar a estrutura física das escolas de educação infantil da Rede Municipal, o mobiliário, materiais pedagógicos, biblioteca, brinquedoteca, tecnologias educacionais e equipamentos das escolas que atendem a Educação Infantil, respeitando as normas de acessibilidade e estabelecendo prioridades.</p>	<p>Ampliação do CMEI Criança Feliz em 2 salas de aula, dependência administrativa, sala de professores banheiros masculino e feminino.</p> <p>Ampliação de turma de alunos de 4(quatro) anos Pré I, na Escola Municipal Armelindo Tonon e na Escola Municipal Pingo de Gente.</p> <p>Abertura de sala no Assentamento Itaqui Pré I e Pré II com 10 alunos e Assentamento Campanário com 21 alunos.</p> <p>Contratação de Professores e auxiliares, mas a procura por vaga ainda é maior que a possibilidade de oferta.</p>
1.7	<p>Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades benéficas e filantrópicas na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;</p>	<p>Em articulação com entidades filantrópicas foi formalizado parceria e ampliado atendimento na Escola Fabiano de Cristo atendimento a 300 crianças de 3 a 5 anos em período parcial e na Escola Sementinha do Saber 170 crianças de 0 a 5 anos de idade em período integral.</p> <p>A CEDESG atendeu 25 crianças nesta faixa etária</p>
1.8	<p>Realizar, na formação continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, a inserção de temas sobre os direitos das crianças, primeiros socorros, enfrentamento da violência contra crianças, prevenção ao uso de drogas e questões étnico-raciais e geracionais;</p>	<p>Realizada Formação Continuada aos profissionais com cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Ensino na 1^a etapa da Educação Infantil – 0 a 3 anos * Natureza e Sociedade Educação Infantil. * Linguagem e Movimento * História das Artes Visuais * Ensino de Arte – Visual e iniciação Musical. * Participação no Encontro de Educadores. * Educação Física Formação Continuada

		com os temas Primeiros Socorros (Equipe do SAMU)
1.10	Articular em parcerias com outras instituições o cadastramento anual para fins de atendimento das populações do campo na Educação Infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantida consulta prévia e informada, a partir da vigência do PME/SGO;	Abertura de salas nos Assentamentos Itaqui e Campanário Extensão da EM Armelindo Tonon, atendimento a 31 alunos do Pré I e II
1.15	Realizar, anualmente, em regime de colaboração e em parceria com outras instituições, levantamento da demanda por pré-escola, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;	Cadastramento de todas as crianças de 4 e 5 anos Reorganização das crianças conforme endereço; Encaminhamento das crianças de mães que trabalham na Aurora Alimentos
1.17	Promover e aprimorar, permanentemente, a formação continuada de todos os profissionais e responsáveis pela Educação Infantil;	Realizada Formação Continuada aos profissionais com cursos: * Ensino na 1 ^a etapa da Educação Infantil – 0 a 3 anos * Natureza e Sociedade Educação Infantil. * Linguagem e Movimento * História das Artes Visuais * Ensino de Arte – Visual e iniciação Musical. * Participação no Encontro de Educadores. * Educação Física * Formação Continuada com os temas Primeiros Socorros (Equipe do SAMU)
1.18	Fomentar a avaliação e a adequação, das propostas pedagógicas da Educação Infantil a partir da vigência do PME/SGO	Avaliação da Educação Infantil diária, através de relatórios descritivos semestrais

1.20	Assegurar, na Educação Infantil, um professor regente com nível superior por turma até o final do decênio	Todos os professores Regentes são graduados em Pedagogia
------	---	--

FONTE 1 : www.saogabriel.ms.gov.br, elaborado pela autora, 2020

A comissão reunida concluiu que das 20 estratégias apresentadas, o município pôde atingir 9 (nove) que são relativas à ampliação de espaço físico, à oferta de vagas nas creches, formação de profissionais da educação e planejamento para os próximos anos.

Das 20 estratégias, apenas 3 (três) não foram iniciadas, como a implantação de avaliação bienal para aferir estrutura física, pessoal, recursos pedagógicos, baseados em indicadores nacionais e também, quanto à promoção de cursos de formação, elaboração de currículos embasados nos avanços de pesquisas ligadas à educação de crianças da EI, como apesenta a Tabela 6.

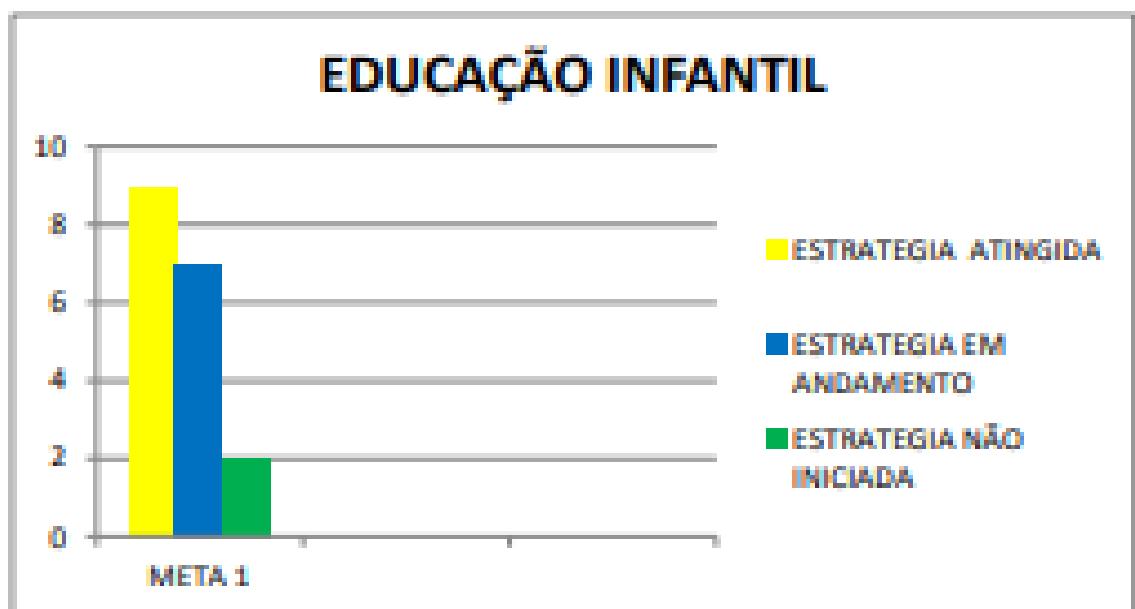
Quadro 2 - Estratégias não iniciadas

DESCRÍÇÃO DA ESTRATÉGIA	
1.3	Realizar, mensalmente, em regime de colaboração e em parceria com outras instituições, o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, preservando o direito de opção da família;
1.6	Implantar, a partir da vigência do PME/SGO, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos com base nos indicadores nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
1.9	Articular com as instituições de educação superior (IES) com vistas a assegurar, nos cursos de formação para profissionais do magistério, a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e de aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento das crianças de 0 a 5 anos;

Fonte 2: www.saogabriel.ms.gov.br, elaborado pela autora, 2020

Como o município não teve acesso ao Programa Plano de Ações Articuladas (PAR), a Educação Infantil foi atendida com recursos próprios do município ou de Convênios.

Gráfico 3 - Meta 1: Educação Infantil



Fonte: Semec/SGO Site: www.saogabriel.ms.gov.br, 2015

São 8 (oito) estratégias em andamento, entre elas, a 1.12 referente à aquisição de materiais para a Educação Infantil e adequação de espaço físico para a frequência de crianças de 0 a 6 anos, como descreve a estratégia 1.16, anexado na tabela

Quadro 3 - Estratégias em andamento

	DESCRÍÇÃO DA ESTRATÉGIA	AÇÃO PARA ATINGIR
1.2	Garantir que, ao final da vigência do PME/SGO, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência na educação infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar mais baixa	Realização de cadastro das famílias na SEMEC.
1.4	Estabelecer, a partir da aprovação do PME/SGO, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de	As matrículas são realizadas nos CMEIs, após cadastro

	cadastramento de demanda por creche e de fiscalização do seu atendimento;	feito na Secretaria de Educação pela família.
1.11	Desenvolver, em caráter complementar, a partir do primeiro ano da vigência do PME/SGO, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 anos de idade, prevendo a estimulação essencial como estratégia de desenvolvimento educacional	Projetos de reciclagem, saúde, bullying, meio ambiente.
1.12	Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes públicas e escolas privadas, garantindo o atendimento das crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso de alunos(as) com 6 anos de idade no ensino fundamental	Aquisição de materiais. Oferecendo Formação Continuada aos Profissionais da Educação e Planejamento integrado por turma
1.13	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias, com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;	Cadastro das pessoas que recebem Bolsa Família. Acompanhamento da frequência em parceria com o Conselho Tutelar
1.14	Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos	Central de cadastro na SEMEC Implantação do S.I.E. Acompanhamento pela Assistência Social e saúde.
1.16	Providenciar a ampliação progressiva do acesso à Educação Infantil em tempo integral não obrigatório para todas as crianças de 0 a 3 anos; conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;	Ampliação de 3 salas de aula em 2 CMEIs, porém a demanda é maior que a oferta

1.19	Implementar nas Escolas de Educação Infantil projetos de educação para a cidadania, visando promover uma educação laica com equidade social, garantindo o estudo étnico racial e cultural na formação da sociedade brasileira;	Elaboração e execução de Projetos interdisciplinares referentes aos temas
------	--	---

Fonte 3: www.saogabriel.ms.gov.br, elaborado pela autora, 2020

O último Censo Escolar de 2019, o município de São Gabriel do Oeste contava com 2.110 alunos matriculados na Educação Infantil, distribuídos entre creches e pré-escolas, conforme apresenta a tabela 5:

Tabela 5 - Número de matrículas da Educação Infantil

São Gabriel do Oeste	CRECHES	PRÉ-ESCOLAS
Municipais	914	480
Privadas	234	482
TOTAL	1.148	962

Fonte: IBGE (2010)

O site do INEP (2019) mostra que as matrículas na Educação Infantil cresceram 17,3% entre 2015 a 2019 e esse acréscimo é percebido pelo aumento das matrículas em creches, como também, o significativo número de crianças que frequentam as creches municipais em relação às privadas.

Como mostra a tabela 6, entre 2010 e 2019, houve um considerável aumento no número de matriculados na Educação Básica, percebendo, em São Gabriel do Oeste, a procura pelas escolas públicas urbanas.

Tabela 6 - Matrículas Educação Básica em São Gabriel do Oeste MS

Ano	Total	Pública Urbano	Pública Rural	Particular Total	Particular Urbana	Particular Rural
2010	969	969	-	303	303	-
2011	1.066	1.055	11	289	289	-
2012	1.141	1.132	9	239	239	-

2013	1.339	973	17	349	349	-
2014	1.459	1.440	19	446	446	-
2015	1.539	1.526	13	493	493	-
2016	1.818	1.802	16	655	655	-
2017	1.948	1.784	164	652	501	151
2018	2.056	1.882	174	702	541	161
2019	2.110	1.946	164	716	564	152

Fonte: Sidra.ibge.gov.br

A tabela 6 mostra um aumento de alunos nas escolas públicas do município acima citado. Para Daniele Souza, (2020), em palestra proferida no *google meet*, este aumento no número de alunos nas escolas públicas de São Gabriel do Oeste, está relacionado com os resultados obtidos pelo IDEB do município, entre os anos de 2009 e 2019. Das seis metas projetadas, o município atingiu quatro, dentro dos critérios estabelecidos pela Portaria nº366, de 29 de abril de 2019, que estabelece as diretrizes de realização do sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019.

Essas notas, de acordo com a Tabela 7, foram dadas aos alunos de 4º e 5º anos, que utilizavam do Sistema Apostilado de Ensino o que serviu de base para a escolha do mesmo material aos alunos da Educação Infantil.

Tabela 7 - IDEB - São Gabriel do Oeste

ANO	Meta Projetada	IDEB Observado
2009	4,7	5,0
2011	5,1	5,4
2013	5,4	5,5
2015	5,7	5,6
2017	5,9	6,0
2019	6,2	6,1

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultados>

Esses valores podem estar vinculados à formação profissional dos educadores da Educação Infantil, que é um referencial de grande importância a ser considerado

neste Plano de Educação com vistas a melhoria da qualidade e atendimento à legislação que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei Nº. 9.394/96 – LDB, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam além dos padrões de infraestrutura e material didático pedagógico adequados para cada fase da aprendizagem. Preocupação presente também na estratégia 2.11, da Meta 2:

participar de programa nacional de ampliação, implementação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como a aquisição de material didático/pedagógico e da formação de recursos humanos para a educação a partir da vigência do PME/SGO;(PME/SGO,2015, p.43)

Conforme observado no Plano Municipal de Educação, São Gabriel não demonstra dificuldades nos recursos humanos, por apresentar um quadro de profissionais qualificado na Educação Infantil e ter infraestrutura adequada ao atendimento da demanda, mas o material didático apresenta lacunas. Sobre as motivações que levaram São Gabriel do Oeste a optar por um material didático diferente do disponibilizado pelo governo federal para a rede pública que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – SISTEMA APOSTILADO EM SÃO GABRIEL DO OESTE

No capítulo 2 a pesquisa documental revelou que a Secretaria Municipal de São Gabriel do Oeste optou pelo Sistema Apostilado de Ensino para a Educação Infantil em detrimento do Livro Didático, ofertado pelo governo federal, por isso este capítulo tem como objetivo discutir quais as motivações que levou a Secretaria acima citada Municipal a fazer tal opção.

Desta forma, com base na pesquisa documental, buscou-se entender os motivos e as concepções que nortearam tal escolha e que deram sustentação às decisões políticas e administrativas tomadas pela Secretaria.

Assim, neste último capítulo será analisado o desfecho da decisão da Secretaria Municipal de São Gabriel do Oeste ter escolhido o Sistema Apostilado de Ensino como responsável e parte constitutiva pela oferta de uma educação de qualidade, não como a capacitação dos alunos para realizarem provas de competências, testes seriados e desenvolverem a eficiência e eficácia para o trabalho. Mas, sim como um processo histórico capaz de proporcionar aos alunos uma forma de repensar a sociedade, propor alternativas diferentes desta sociedade que está voltada para a produtividade e competição de mercado.

3.1 Municipalização e a Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, restabeleceu a descentralização administrativa, facultando aos municípios um novo sentido de autonomia administrativa e financeira.

Both (1997) esclarece que a tal autonomia consiste no poder de se praticar atos administrativos, independentes da aprovação de entes hierárquicos superiores, a não ser que por recursos de tribunais administrativos, como também o município tem autonomia para aplicar recursos próprios de acordo com seu orçamento (BOTH, 1997, p. 87).

No entendimento de Arelaro (2001), a municipalização fundamenta-se na descentralização do sistema de ensino, ou seja, passa a responsabilidade de decisão

e de execução dos serviços do ensino, do governo estadual para os municípios e para Bigarella

a municipalização do ensino é um processo de descentralização, entendido como transferência ou passagem de responsabilidades ou encargos e tomadas de decisões [com a participação de representantes da sociedade civil] do Estado para os municípios, pela existência de convênio: estado e município, em regime de colaboração, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (BIGARELLA, 2015, p.6)

Nesse contexto, a municipalização é entendida como saída para os entraves político-institucionais do nosso país. Entraves estes, debatidos pela incapacidade de o Estado resolver problemas sociais, especialmente quando se trata de atendimento às necessidades básicas. É sabido que essas dificuldades econômicas são causadas pela forma de estruturação interna e ineficaz do Estado e o argumento utilizado, para justificar a desordem é a centralização de poderes e de recursos que ficavam sob o poder da União, a solução seria a descentralização e por conseguinte, a municipalização.

Como entes federados, os municípios adquirem a autonomia política, quando elaboram suas próprias leis, quando escolhem seus governantes de forma direta e ao desempenharem funções compartilhadas entre os entes federados, em regime de colaboração (TEIXEIRA, 2002).

Por essa razão Souza; Faria (2004) explicam que os Municípios tiveram de criar seus próprios sistemas de ensino, formular suas políticas educacionais, especificamente para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que, até então, a esfera municipal detinha, apenas, sistema administrativo e Nascimento (2012) complementa que esses sistemas se organizaram para atenderem a Educação Infantil com a elaboração das políticas educacionais para a infância que se tornou um marco histórico ao perceberem a criança menor de 6 anos como sujeito de direitos

Algumas iniciativas foram tomadas em busca de uma educação pública de qualidade, como Arelaro (2014) enumera: a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a adição da Educação Infantil e ensino médio como etapas obrigatórias e gratuitas, como também a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), destinados a financiar e ampliar a educação.

O FUNDEB, que entrou em vigor em 2007, é formado por 27 fundos, referentes aos 26 estados e o Distrito Federal, cujos recursos são destinados à Educação Básica. Todo o dinheiro é destinado a valorização dos professores e ao desenvolvimento e manutenção do funcionamento de todas as etapas da Educação Básica, incluindo creches, Pré-escola, Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio até Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2007).

França (2014) atribui ao FUNDEB, o papel normatizador e cooperador entre os entes federados no intuito de promover o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar da nação e consoante à CF/1988, define que,

o financiamento da educação pública deve ser efetivado pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que a União deve aplicar 18% dos recursos de sua receita líquida de impostos na implementação de programas, que caracterizam ações próprias, além de transferir recursos para os sistemas estaduais e municipais. Na composição de suas receitas, os estados somam os recursos recebidos da União aos provenientes de suas fontes, os quais são utilizados na manutenção e expansão de seus sistemas de ensino, na proporção de 25%. Na composição dos recursos destinados à manutenção e expansão de suas redes de ensino, os municípios recebem recursos da União e dos Estados, os quais são somados aos seus recursos próprios, garantindo, também, a aplicabilidade de 25% dos recursos arrecadados. Portanto, nesse percentual (25%), estão inseridos os recursos oriundos do Fundeb (FRANÇA, 2014, p.423).

Ou seja, caberia à União transferências regulares e contínuas de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, dando prioridade aos entes federados com menores índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional, por meio de indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Como esses recursos estão sujeitos à redistribuição em função das matrículas, constitui-se um forte fator de indução ao regime de colaboração, sendo este o principal financiador da educação básica. (FRANÇA, 2014, p.3)

Tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 citam, com deliberado destaque a articulação, ao regime de colaboração, à cooperação dos sistemas, à colaboração com os sistemas de ensino para acionar mecanismos necessários ao acompanhamento das metas e estratégias dos planos (BIGARELLA, 2015, p.36).

3.2 Ensino fundamental é responsabilidade do município

A nova estrutura federativa colocou em evidência a necessidade de se criar mecanismos colaborativos entre os entes federados, a fim de reduzir as desigualdades que surgem diante das distintas características geográficas, econômicas e sociais dos municípios brasileiros.

De acordo com o artigo 211 da Constituição Federal de 1988: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Importante lembrar que, mais tarde, legislações como a Emenda Constitucional n. 59/2009 e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, reforçaram a necessidade de fortalecer os laços federativos e de criar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que articule os diferentes níveis de governo. A nova estrutura requer a garantia de que União, Estados e Municípios exerçam sua autonomia, no entanto estejam aliados em prol da educação.

Além do FUNDEB, o regime de colaboração é um caminho para reduzir as desigualdades existentes no país e promover a equidade. Regime de colaboração, pode ser entendido

como um arranjo institucional capaz de intermediar as relações entre gestoras e produzir pactos, acordos, negociações ou disputas legítimas que, finalmente, resultem em ações coordenadas entre as três esferas de governo. A conceituação ampla do regime de colaboração implica a mútua colaboração a ser concretizada entre os sistemas de ensino e não cooperação entre os entes federados, visando ao atendimento de direito à educação dos cidadãos, e deve ser orientado pelo princípio de capacidade contributiva e de atendimento solidário às incumbências atribuídas a cada ente federado. (BORDIGNON, 2011, p.39)

Cury (2002) ressalta que um grande problema seria respeitar a lei da proporcionalidade dos encargos entre estados e municípios, visto que Municípios jamais haviam investido em educação fundamental, sendo assim, seriam obrigados a repensar suas políticas para o setor. E ainda adverte que:

O nosso federalismo nutre-se também de disparidades regionais que afetam a capacidade financeira e administrativa dos governos subnacionais. São 27 estados e mais de 5.500 municípios. No caso dos municípios, a situação agrava-se, pois eles são muito diversos em sua capacidade financeira e não poucos vivem à base de transferências dos governos estaduais e do próprio governo federal (CURY, 2002).

Arelaro (2007) reconhece que esses municípios foram pegos de surpresa, sem tempo adequado, nem condições técnicas para esse abrupto aumento de responsabilidades, sendo assim, no intuito de atender à demanda e oferta, mantendo padrão de qualidade mínimo, sentiram-se obrigados a buscar alternativas, no caso, o setor privado.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Brasil passou por uma Reforma Administrativa, uma nova política de organização de Estado e pelo vertiginoso processo de municipalização,

o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) passa a desenvolver uma nova política de organização do Estado, baseada na descentralização da ação estatal nos setores não-exclusivos de Estado, mantendo a proposta de centralização iniciada nos anos 80 apenas para o núcleo estratégico do governo (a administração direta), responsável pela formulação e avaliação das políticas públicas, setor que deve incorporar as modernas técnicas de gestão sem alterar suas características de burocracia impessoal centralizada. Desta forma, a atual política proposta pelo Mare quebra a uniformidade dos grandes ciclos de centralização/descentralização da ação estatal, aplicando estes dois conceitos de forma diferenciada para distintos setores do Estado (PIMENTA, 1998, p.185).

Em decorrência do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), uma série de documentos legais contribuíram para um vínculo entre a esfera pública e o setor privado apresentando um novo conceito “público” desvinculando-a de estatal e usando-a como sinônimo de “interesse de todos”, que, para Adrião e Borghi (2007), contribuíram para a transferência ao setor privado serviços que eram de responsabilidade do Estado.

Frutuoso (2014) aponta que, sobretudo a partir dos anos de 1990, as editoras privadas se infiltravam no setor público para vender seus sistemas apostilados, cujos materiais propunham uma pedagogia empresarial , ou seja uma “cesta de serviços e produtos” como bem define Adrião et al(2012), oferecida aos municípios-clientes, que recebiam das empresas, toda assessoria através de treinamentos a docentes e acesso a portais com instruções detalhadas sobre a utilização do material, além da organização do tempo e da rotina, já que tudo seria controlado e avaliado pela própria empresa.

Pelo parâmetro de comparação apresentado pela autora, essas empresas não estão preocupadas em vender apenas as apostilas, mas sim, todo o Sistema Apostilado, como uma solução para todos os problemas que a escola pode vir a ter. O sistema inclui manual e treinamentos de professores, avaliações e provas, suporte

para a gerência administrativa da escola, e até apoio pedagógico via plataformas virtuais, em que alunos e responsáveis, podem acessá-lo por meio de um login e senha.

Na parceria, a administração pública estabelece contratos com pessoas físicas ou jurídicas, esta relação estabelecida entre o poder público e o setor privado é realizada por meio de contratos e convênios, sendo necessário entender as normas legais desse procedimento (CAIN, 2009, p.72) Adrião e Garcia (et al, 2009, p 802) entendem “[...] parceria, como um conjunto de responsabilidades compartilhadas ou transferidas do setor público para a instituição privada, bem como a centralidade das atividades previstas nesta transferência” e como “[...] as prefeituras não conseguem atender a toda a demanda por creches e pré-escolas, elas acabam por fazer convênios com instituições privadas para suprir a procura” (ANGELO, 2018, p.28).

Nessa perspectiva, para Rossi et al (2017, p.558) parcerias público-privadas servem aos interesses dos setores privados que atuam regulamentando o público, estimulando a “privatização” do ensino público, vendendo serviços e tecnologias educacionais às redes públicas de ensino, orientando o conteúdo das políticas educacionais, promovendo ações e posicionamentos que não correspondem ao princípio constitucional de gestão democrática que deveria orientar a escola pública.

Seria uma das justificativas para que municípios adotassem o sistema de apostilamento de ensino (SAE) nas redes escolares municipais, que tanto Arelaro (2007, p.915) quanto Adrião et al (2012) fazem a crítica de que não deixam de cesta de serviços compostos por apostilas e cadernos que orientam professores e alunos em versões diferentes, com planejamentos pedagógicos previamente elaborados contando com uma rotina de trabalhos, sem levar em consideração a quem se dirigem, deixando de respeitar as diferenças entre a “clientela”.

Outra justificativa para a adoção deste SAE é que esse material colaboraria para melhorar a baixa qualidade da educação pública e tornaria mais eficientes o trabalho e os projetos escolares. Assim,

Estado buscará “parceiros” para dividir sua responsabilidade educacional transferência” sumária de métodos e técnicas de ensino e de compra de materiais “unificados” e adequados para o “sucesso” nas provas ou exames nacionais – reservando-se ao Estado a função exclusiva de definir o “produto esperado” (educação para a cidadania?) e os mecanismos de aferição da qualidade do “produto efetivamente produzido” (aluno “civilizado” e cidadão?) (ARELARO, 2007)

3.3 Motivações para o SAE em São Gabriel do Oeste

Vários municípios adotaram o Sistema Apostilado de Ensino , isso implica em uma relação entre a administração pública e a iniciativa privada, o que aguça um olhar mais atento para essa realidade e para entender por que São Gabriel do Oeste adotou o Sistema Apostilado de Ensino.

Os documentos mostram que a parceria entre o município e a FDT ocorreu por meio de um instrumento contratual denominado Termo de Colaboração. De acordo com o Decreto Municipal nº 1.342, de 27 de janeiro de 2017, com duração até 2020 que serviu de base para os Editais de Chamamento Público nº 002/2017 e nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECSGO), que objetivava a

“[...] celebração de parceria público-privada estabelecida entre a administração pública municipal e a iniciativa privada, para atendimento da primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, das crianças de 3 a 5 anos de idade[...] (SEMECSGO, 2017, p.1)

No valor de R\$ 257.301,60 (duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e um reais e sessenta centavos) e R\$ 739.210,00 (setecentos e trinta e nove mil duzentos e dez reais) respectivamente, recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Fundo de Educação Municipal de São Gabriel do Oeste (FEMSGO) (SEMECSGO, 2017).

Os editais de chamamento tinham por finalidade,

[...]o atendimento de crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos em idade de Educação Infantil, durante a vigência da parceria “TERMO DE COLABORAÇÃO”, contemplando as despesas com pagamento[...], bem como a aquisição de materiais de higiene e limpeza, materiais pedagógicos[...] (SEMECSGO, 2017, p.10)

Nesse Termo de Colaboração constam diversos tipos de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a prestação de serviços educacionais de acordo com as necessidades da prefeitura, que teria vigência no período de agosto/2017-dezembro/2017 e fevereiro/2018-janeiro/2019, com a adequação da

proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria. (SEMECSGO, 2017)

O termo parceria do edital acima, seria um “[...] acordo firmado com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil”, com a atribuição de selecionar

[...] propostas para a celebração de parceria com o Município de São Gabriel do Oeste – MS, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, visando a formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital (SEMECSGO, 2017, p.10).

Diante do entendimento do termo de colaboração com o qual, o município de São Gabriel do Oeste se baseou para o chamamento da Sociedade Civil a fim de garantir a Educação Infantil naquele município, faz-se saber que de acordo com a Lei nº 13.204, de 2015,

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil (BRASIL, 2015)

E de acordo com o Art. 2º da mesma lei, fica entendido que:

entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva (BRASIL, 2015).

De acordo com Danielle Souza (2020)², há razões para justificar a opção pelo SAE em oposição ao material do PNLD: o primeiro motivo diz respeito à qualidade

² Danielle dos Santos Souza, atual Secretária de Educação de São Gabriel do Oeste. Em 18 de novembro de 2020, proferiu uma palestra para o GEPESÉ, através do Google Meet, onde a então coordenadora pedagógica da Secretaria, apresentou a organização e funcionamento da rede municipal de São Gabriel do Oeste

ilustrada nas figuras 6,7,8 e 9, onde os alunos podiam manusear, recortar, pintar, colar, o que os tornava muito mais motivados e os professores percebiam que os mesmos se sentiam convidados a maior interação e maior prazer em aprender.

O segundo, diz respeito à necessidade de se ter um material único para atender com certa equidade, às escolas rurais, urbanas, da periferia ou de uma classe econômica mais confortável, atendendo às proposições da nova BNCC, em que,

as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. (BNCC,2017, p.15)

E outro motivo seria o número reduzido de livros didáticos encaminhados pelo Ministério da Educação, que não consegue atender a todos os alunos da Rede Municipal de São Gabriel do Oeste, causando decepção, constrangimento e preocupação para a comunidade escolar: alunos, professores, trabalhadores da educação e pais. A comunidade sente-se lesada quando há crianças que não recebem o livro didático, primeiro que se cria um problema: quantos e quais os alunos que receberão a fotocopia em preto e branco de um livro que não veio. Como fazer essa escolha?

Diante dessa situação desconfortável e a fim de se preservar o direito e a inclusão de todos, a Rede Municipal de São Gabriel do Oeste, por intermédio da Secretaria de Educação, decidiu manter o SAE às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental 1, conforme explicou a coordenadora Danielle Souza. (SOUZA,2020)

Em São Gabriel do Oeste, dentre os grupos econômicos que atuavam na área editorial brasileira, a FTD foi escolhida como a melhor opção, por ser um material utilizado e aprovado nas escolas particulares do município, conforme observou em palestra Danielle Souza (2020), portanto um convênio foi feito cuja função era fornecer material didático para as escolas municipais da Educação Básica. Esta editora, conforme Tabela 8, apenas no ano de 2019, negociou 10.635.971 livros para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre os 226 títulos adquiridos.

Tabela 8 - PNLD 2019 - Valores negociáveis

Editora	Tiragem 1º ao 5º e infantil	Títulos adquiridos	R\$/média por exemplar
Editora Ática	18.641.722	208	7,42
Editora FTD	10.635.971	226	8,33
Editora Moderna	27.456.215	334	6,75
Editora Positivo	411.000	36	15,87
Editora Scipione	1.956.298	92	10,84
Saraiva Educação	3.816.729	216	8,54

Fonte: FNDE 2019

A exemplo do portfólio da referida editora, FTD Sistema de Ensino, sua proposta pedagógica está em cooperar com o docente, com a justificativa de que o mesmo desenvolva seu trabalho de forma prática e organizada, além de proporcionar uma educação transformadora para as escolas, uma vez que está apoiada em valores que contribuam para a formação de cidadãos, e que as crianças e jovens se vejam como protagonistas e ativos em sociedade. Segundo a Secretaria de Educação de São Gabriel do Oeste, Danielle Souza, (2020) esta foi a melhor opção por estar em conformidade com a determinação da nova Base Comum Curricular, além da trajetória didática mais tradicional e simples, permitindo que o professor tenha maior autonomia no planejamento de suas aulas.

Esses Sistemas Apostilados de Ensino, quando se referem à qualidade da educação, conforme Akkari (2017), estão relacionados aos bons resultados em testes nacionais ou internacionais, é passar no vestibular, momento determinante da verdade, em que um teste demarca o resultado de 12 a 13 anos de uma vida escolar, reforçando assim, a necessidade de um ensino padronizado (apostilado) no país. Esta ideia descrita por Akkari desconstrói a ideia de Cury, Reis e Zanardi (2018) que entendem que a escola deve ser o lugar que forma laços sociais, onde a democracia deve se fazer presente. No entanto, vigora a meritocracia na cultura do brasileiro, por meio de uma concorrência desigual, individualista que qualifica o jovem que anseia por se inserir no mercado de trabalho, demonstrando que não há lugar na escola para todos.

Compactuando com o pensamento de Cury (2018) estão Adrião (2010), Frutuoso (2014), Cain (2014) que entendem ser este material apostilado padronizado, condensado e compilado, dividido em blocos que correspondem a aulas de um certo período de tempo, podendo ser bimestral, trimestral, semestral ou anual. São compostos por informações de fontes distintas, fragmentos de livros, de autores e informações diversas.

Nesta linha de raciocínio, Motta (2001) ressalta que o material apostilado em questão, oferece aos alunos aulas esquemáticas ou com textos explicativos, os quais não sugerem analogias, nem discussões mais aprofundadas. Ao final de cada aula, exercícios são propostos para testar o que o sistema acredita ser o mais importante dentro da sua perspectiva. A grande preocupação de que a forma dita prática, como a apostila se apresenta, passa a impressão de que todo conhecimento estará restrito àquelas poucas páginas, o que é considerado grave pela autora. Além disso, o apostilamento contribui para a tutela de uma adaptação social, já que é uma mercadoria oferecida pelo mercado educacional, transformando a educação como direito em serviços que podem ser negociados pelo Estado.

Em outro campo analítico, as apostilas acabaram ganhando um status de superioridade em relação aos demais materiais, como apresenta Amorim (2008) por se tratar de símbolo de educação elitizada, já que apenas classes com recursos financeiros poderiam arcar com os custos do que havia de melhor na educação, complementando o que Adrião (2015) aponta que a escolha pelo sistema privado de ensino está vinculado a uma visão negativa, que o próprio Estado repassa, ao disseminar os resultados obtidos por testes padronizados e descontextualizados da realidade da educação pública.

3.4 Para que apostila se há o PNLD?

Para Cassiano (2014) a implantação do Sistema Apostilado é polêmica pois trata-se de um material que não passa por nenhum tipo de avaliação governamental, diferente do que ocorre com o Livro Didático, que na visão do autor garante a universalização do atendimento aos alunos do Ensino Fundamental, disponibilizando

material previamente avaliado por uma equipe governamental respeitando os critérios preestabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Quanto a avaliação desse material didático Cassiano (2014), esclarece que o governo brasileiro se propõe a adquirir apenas livros didáticos que estejam de acordo com os padrões de qualidade, tanto pedagógicos quanto técnicos, avaliados por comissões de especialistas de diferentes Universidades do país, responsáveis pela aprovação ou não dos livros a serem comprados pelo governo, ou seja, todo o material passa por uma minuciosa avaliação.

Essa avaliação e a disponibilidade deste material é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que são os órgãos responsáveis pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e Britto (2011) acrescenta que a avaliação pedagógica do material disponibilizado no Guia do Livro Didático, é feita no intuito de se agregar qualidade ao mesmo, para que não haja erros conceituais, não estejam desatualizados ou denotem qualquer tipo de preconceito ou discriminação, já que o Guia do Livro Didático será utilizado para a orientar a escolha dos professores de maneira democrática e participativa. Ao final de cada processo de avaliação dos livros didáticos é elaborado o Guia do Livro Didático, no qual são apresentadas as resenhas das obras aprovadas.

Desde a edição do Decreto nº 9.099, de 18/07/2017, a escola deve apresentar duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina, e caso não haja acordo entre o FNDE e alguma editora, segundo Britto (2011), ou pela quantidade ou pelo valor, atendendo ao princípio da economicidade, pode-se ser escolhida a segunda opção, assim como, a aquisição dos exemplares, cujas escolhas são efetivadas pelos próprios professores, diretamente com as editoras, como também realizada por inexigibilidade de licitação.

Portanto, a escolha da segunda opção deve ser tão criteriosa quanto a primeira.

Para cada componente curricular, deverão ser escolhidas duas opções, 1^a e 2^a, de editoras diferentes. Quando a 1^a opção for indicada, obrigatoriamente o diretor deverá indicar a coleção que deseja receber em 2^a opção. Caso não seja possível ao FNDE a contratação da editora da 1^a opção, serão distribuídos os livros indicados da 2^a opção. Por esse motivo, a escolha da 2^a opção precisa ser tão cuidadosa quanto à da 1^a (BRASIL, 2017).

Há a garantia (BRASIL/FNDE, 2017) de que as ações do PNLD, todas as obras didáticas, pedagógicas e literárias, que formam o material oferecido à educação

básica das escolas públicas participantes do programa, serão distribuídas de forma sistemática, regular e gratuita, contemplando também as instituições conveniadas com o Poder Público, tais como, as escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas. Os dirigentes das instituições que queiram receber esse material de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, devem encaminhar um Termo de Adesão ao Programa demonstrando seu interesse no recebimento do material e comprometendo-se a acatar e executar as ações do PNLD, conforme o Decreto nº 9.099/2017.

Por isso, Zacheu, Castro (s/d) acreditam ser importante compreender as etapas do Programa Nacional do Livro Didático que são: os mecanismos da produção, a circulação, a aquisição e os usos dos livros didáticos na escola pois nos possibilita compreender nossa própria realidade, conforme em Anexo B.

Mesmo diante do Decreto de Lei nº 9.099/2017, em seu Art. 22, que dispõe a cada escola a quantidade de exemplares, de acordo com o número de matriculados e pelos dados do Censo Escolar, manterá uma reserva técnica de material didático para os alunos adicionais que não haviam sido computados anteriormente (Brasil, 2017).

Pelo site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), podemos compreender o que vem a ser reserva técnica:

“a reserva técnica é primordialmente direcionada ao atendimento de novas escolas, novas turmas e novos alunos e não necessariamente aos déficits de livros causados pela má conservação ou devolução ineficiente dos livros didáticos reutilizáveis.” (FNDE, 2017)

3.5 Processo de implantação de SAE em São Gabriel do Oeste

Souza (2020) explicou que a aquisição do Sistema Apostilado trouxe importantes soluções educacionais, que além do material didático de alto nível, ilustrativo e pronto para ser trabalhado, também oferecia formação e suporte pedagógicos bimestralmente aos professores, necessários para a transição entre as metodologias apresentadas e melhor aproveitamento do mesmo. O que não deixou de ser um grande desafio, já que até então, os próprios professores eram responsáveis pelo planejamento de suas disciplinas, baseados apenas em consultas nos referenciais ou diretrizes curriculares.

A palestrante Souza (2020) esclareceu que, no ano de 2015, sob gestão da secretaria de Educação Elisabeth Klein, o município optou pela UNINTER Soluções Educacionais como sendo o primeiro Sistema Apostilado para atender apenas os dois últimos anos do Ensino Fundamental 1, no intuito de potencializá-los para atingirem melhores resultados no IDEB e na Prova Brasil. Argumento esse, que segundo Nascimento (2012) é usado pelas prefeituras para defender o uso do Sistema Apostilado como a solução para aumentar suas médias no IDEB ou na Provinha Brasil além de tornar a escola pública supostamente similar à privada o que satisfaz a família em relação ao desempenho das crianças.

No entanto, devido a receptividade e aceitação desse material por parte dos professores, o município decidiu ampliar a cobertura para todas as séries da Rede Municipal. A solicitação foi atendida e o grupo UNINTER continuou fornecendo seu produto até o final de 2018, quando a BNCC se tornou totalmente homologada.

Ao final desse ano, a então editora informou que não teria condições de se adequar às exigências do MEC.

Com a aprovação da Nova BNCC, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) apoia a implementação da mesma e se adequa, amplia e substitui livros consultivos dos alunos de 4º e 5º anos, para livros consumíveis, disponibilizados apenas para alunos da alfabetização.

Para Danielle Souza (2020), em acatamento a essa deliberação, a Secretaria do Município de São Gabriel do Oeste, adota o material didático fornecido e distribuído pelo órgão oficial do governo, para alunos do Ensino Fundamental 1.

Como esse programa propicia apenas o livro de planejamento do professor para a Educação Infantil, e o município possui uma arrecadação que lhe dá margens para assumir esses custos, decide então, por adquirir, com recursos próprios, o material apostilado da Editora FTD, que iniciou sua participação, em 2019, na Educação Infantil de São Gabriel do Oeste, atendendo aos alunos de 4 a 5 anos, como pode ser observado na tabela 9.

Tabela 9 - Receita São Gabriel do Oeste 2017-2020

RECEITAS	2020	2019	2018	2017
FUNDEB	20.465.175,80	18.200.023,00	15.491.018,71	14.275.523,81
FEMSGO	10.098.222,62	10.610.488,60	10.677.909,33	9.365.192,98
TOTAL	30.563.398,42	28.810.511,60	26.168.928,04	23.640.716,79
OBS: FEMSGO –	Receita de impostos e transferência da educação			
QSE	687.870,26	1.075.473,44	855.656,94	736.729,00
PNAE	469.228,28	528.109,53	511.628,00	94.644,60
PNATE	97.120,80	97.820,82	491.429,00	94.644,60
CONVÊNIO ESTADO T. ESC.	178.860,38	532.501,33	910.981,50	766.845,20
RECURSOS ORDINÁRIOS	2.636.437,14	2.209.643,36	2.277.552,84	
	4.069.516,86	4.443.548,48	5.047.246,28	2.089.647,80

Fonte: elaborado pela autora baseado em dados da SEMEC São Gabriel do Oeste,2020

Em visita ao município de São Gabriel do Oeste, no intuito de coletar informações para a nossa pesquisa, pudemos constatar que escolas da rede pública possuem uma boa estrutura material, com salas adequadas, mobiliário novo, material pedagógico suficiente e profissionais satisfeitos, o que prova que não se trata de uma retirada, mas sim um investimento na educação.

A Rede Municipal de SGO acomoda seus alunos em salas de 25 a 30 alunos, conforme o espaço físico disponibilizado, contudo pela demanda, há necessidade de professores auxiliares, que são alunos de ensino médio ou do curso de pedagogia, disponibilizados por meio de um convênio com a Rede Municipal, os quais participam de um estágio remunerado nas salas de alunos de 4 e 5 anos (SOUZA, 2020).

Quanto aos valores, são disponibilizados R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por aluno/ano para o material apostilado, o qual é formado por uma agenda escolar,16 apostilas, sendo 4 por bimestre, 8 livros paradidáticos, além de encartes. É um contrato anual e mais aditivos, caso haja necessidade de suplementação.

O material é comprado com recursos próprios, como mostra a tabela 10,

Tabela 10 - Despesas Municipais São Gabriel do Oeste (2017 - 2020)

	2020	2019	2018	2017
Uniformes	55.618,50	33.562,00	47.145,00	39.276,00
Creche	14.371,50	9.852,00	12.810,00	5.598,00
Pré	13.496,00	7.290,00	6.720,00	5.337,00
Ensino Fundamental	27.751,00	16.420,00	27.615,00	28.341,00
	144.408,50	132.711,65	126.787,48	104.641,68
Apostilas	177.248,00	151.164,00	789.056,00	855.378,20
Ed. Infantil	177.248,00	151.164,00	119.240,00	125.403,20
Ensino Fundamental			669.816,00	729.975,00

Fonte: elaborado pela autora baseado em dados da SEMEC São Gabriel do Oeste, 2020

O material é atrativo pela sua qualidade, sua diagramação, as ilustrações e os encartes em detrimento às folhas xerocopiadas em branco e preto, com má impressão, que eram disponibilizadas para complementar o material insuficiente enviado pelo PNLD, provocando a mesma argumentação que Bego (2017) de que ocorria uma certa segregação quando alguns recebem material original e colorido, enquanto outros são obrigados a lidar com o mesmo material, entretanto, de baixa qualidade, além da ilegalidade da ação de plagiar esse material.

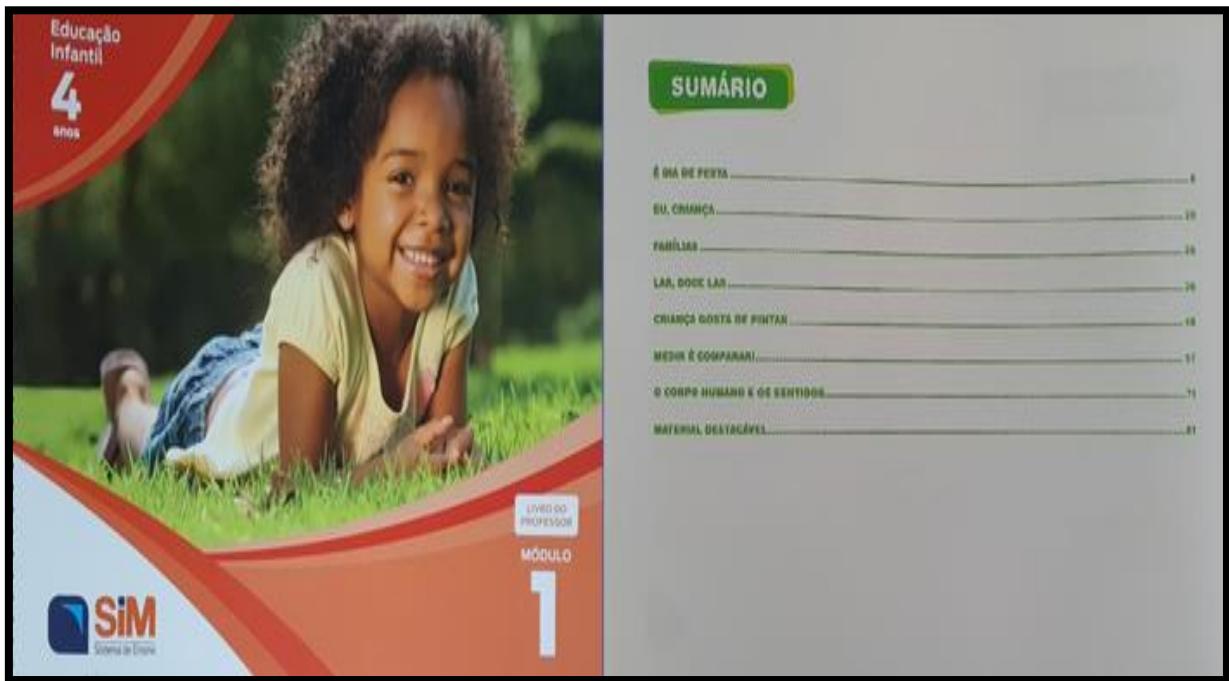
A solução encontrada é a aquisição de material apostilado, cujo valor é inferior e o prazo de entrega mais eficiente, garantindo material para ser trabalhado em sala de aula.

3.6 Apresentação do material apostilado

O material apresenta todos os campos de experiência, exigidos pela nossa BNCC, tais como:

- * O eu, o outro e o nós
- * Corpo, gestos e movimentos
- * Traços, sons, cores e formas
- * Escuta, fala, pensamento e imaginação
- * Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL,2017, p.25)

Figura 6 - Material Apostilado para crianças de 4 anos



Fonte: SEMED/SGO elaborado pela autora (2021)

Para a construção de uma identidade, é necessário conhecer a si mesmo, os limites do corpo a fim de compreender a si próprio, do outro e do mundo que o cerca.

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. (BRASIL, 1998, p.13)

Figura 7 - Material Apostilado “eu- criança”

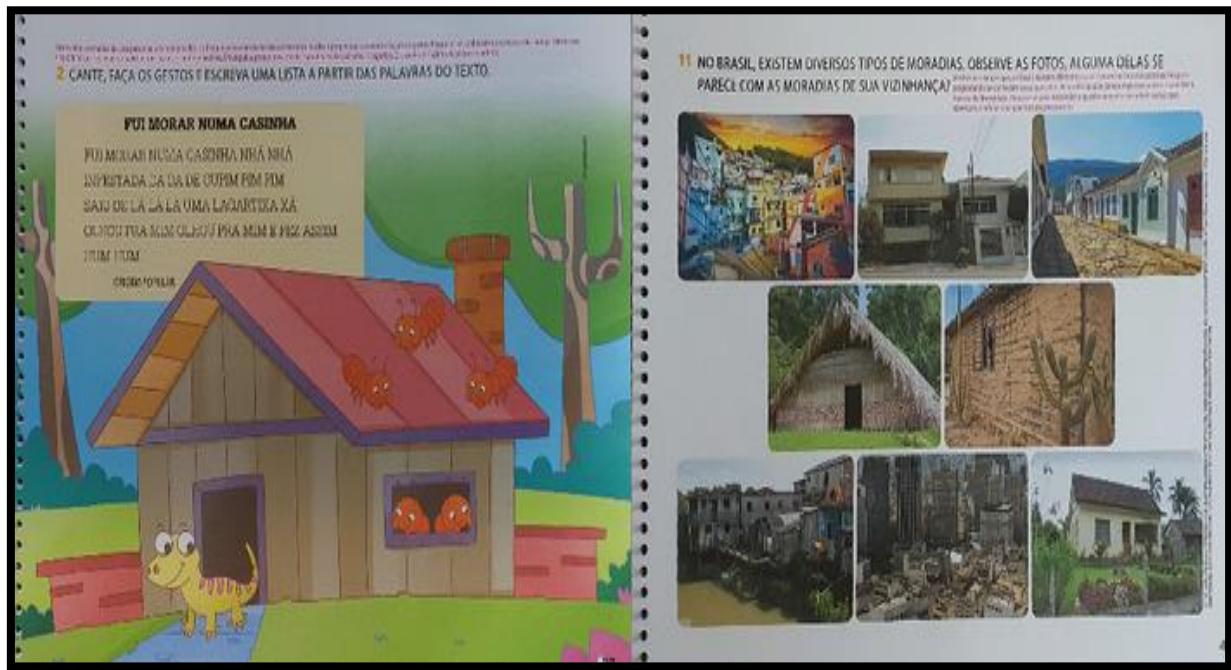


Fonte: SEMED/SGO elaborado pela autora (2021)

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p.38)

O intuito da formação do conceito de lar, é que a criança reconheça que o espaço onde vive e convive com sua família, sua moradia, que anteriormente era chamado de casa. No entanto, para evitar dúvidas entre as crianças pois muitas vivem em apartamentos, optou-se a denominação "lar".

Figura 8 - Material Apostilado “Lar, doce lar”



Fonte: SEMED SGO elaborado pela autora (2021)

A participação da criança da Educação Infantil nas atividades de musicalização, no reconhecimento da linguagem artística faz com que possa despertar o modo de perceber, sentir, pensar e expressar na esfera cognitiva e estética das crianças.

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. (BRASIL, 2017, p.39)

Figura 9 - Material Apostilado – Traços, Sons, Cores e formas



FONTE: SEMED SGO elaborado pela autora (2021)

Ao interagir com os acontecimentos do cotidiano, a criança terá contato com ideias matemáticas, transformações nas paisagens que as cercam, cuidados com seres vivos. Esse campo de experiência “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”:

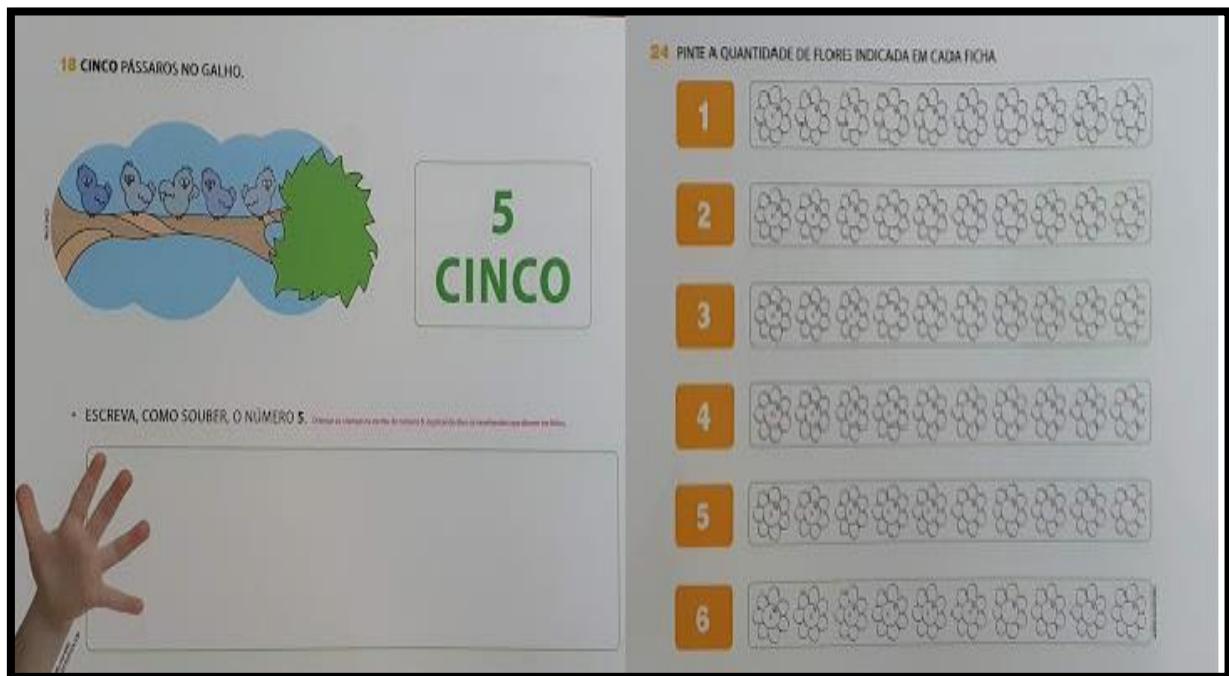
As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.) (BRASIL, 2017, p.42).

Este fragmento de texto nos mostra, de acordo com o material, que a aprendizagem é autoatividade, cabe à escola ofertar um programa sistematizado em áreas funcionais, todavia, o aluno tem autonomia, desta forma, há espaços para o este intervir no processo para criar espaços transformadores. O papel da escola é de colaborar para estas transformações. Para alterar as discriminações sociais, a meritocrática, a superação das diferenças.

O material apostilado, do tipo que tem um conteúdo mais determinista, abalizada em prognóstico de controle, tais testes de múltipla-escolha, instrução programada, com objetivos que buscam eficiência, eficácia e produtividade no processo de ensino e aprendizagem e do sistema educacional como um todo, trazem uma relação mais direta com a educação operacional, para que o aluno deva se adaptar ao processo educativo organizado na forma parcelada pela escola.

O material didático tem de possibilitar a incorporação prática social e dos instrumentos culturais, no sentido de atuar nas alterações da realidade econômica, social, política e cultural.

Figura 10 - Material Apostilado: Um, dois, três e já



Fonte: SEMEC SGO - elaborado pela autora (2020)

Como observado, o material possui uma ótima qualidade gráfica e se equipara aos livros didáticos, além de estarem atualizados em atendimento a nova Base. Todavia, há que se chamar atenção para o problema da legitimação do conhecimento escolar como a função social da escola, para entender as fronteiras no plano cognitivo, da iniciação do reconhecimento das diversidades culturais no campo pedagógico.

O processo educativo para Saviani (2008) precisa se constituir em uma orientação efetiva para o processo de descoberta de outros conhecimentos, que é o

método científico, bem como, o processo de transmissão/assimilação de conhecimentos, que é a tarefa dos métodos de ensino. Nestes dois processos os alunos precisam incorporarem os instrumentos culturais, historicamente construídos pela humanidade. Só assim, segundo o autor, o aluno seria capaz de incorporar alguns dos instrumentos culturais, conseguindo alcançar uma visão sintética (e não sincrética) da realidade, para depois conseguir atuar no sentido da transformação da sua realidade política, social, econômica e cultural.

É importante lembrar os ensinamentos de Saviani (2008, p.24) que mostra a importância da função social da educação. Para o autor, a “educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Esse conceito assume a educação como processo real e histórico que “[...] contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade” (SAVIANI, 2008, p.24). Logo, é um direito e a aprendizagem tem um papel relevante para o cumprimento deste direito. Uma “[...] alternativa radical na forma de pensar a sociedade, diferente desta que vai ao impulso do neoliberalismo, determinada pelas necessidades da produção de mercadorias, pelo lucro, pela exploração e alienação do trabalho” (BIGARELLA, 2015, p.17). Assim os processos educativos devem se diferenciar dos processos voltados para a produtividade e competição de mercado.

Pela investigação realizada até aqui , pode-se concluir que a substituição do Livro Didático pelo Material Apostilado, foi a maneira mais categórica que a Secretaria Municipal de Educação encontrou para suprimir a dificuldade de se equalizar o material didático a todos os alunos da rede, para que os mesmos pudessem interagir com seu próprio instrumento didático, estimulados pelos professores , além do material estar adequadamente adaptado à nova BNCC e assim, pudessem atingir expectativas e metas dentro do prazo estipulado pelo PME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar o Sistema Apostilado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, no município de São Gabriel do Oeste, em Mato Grosso do Sul, entre 2017 e 2020, período em que houve a necessidade da adequação do material didático para atender à Resolução CNE/CP nº2/2017, que instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como apresentado no decorrer do texto, após os anos de 1990, houve a Reforma Administrativa do Aparelho do Estado Brasileiro que se propunha, por ineditismo no Brasil, a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do chamado Regime de Colaboração, o qual tornou os municípios entes federados.

O capítulo 1, apresentou os documentos que prescrevem o direito à educação para todos os brasileiros, bem como à criança de 0 a 6 anos que foi contemplada com o direito à educação, sob o dever e garantia do Estado. Os documentos também mostraram os currículos da EI desde os RCNEIs, as DCNEIs, até 2017, com a BNCC, pressupondo que os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, reconhecendo que as necessidades dos estudantes são diferentes.

No segundo capítulo, apresentou o município de São Gabriel do Oeste, com bons indicadores de desenvolvimento e autonomia financeira. No campo da educação optou por estabelecer parceria com o setor privado, no caso, com a editora FTD por meio de aquisição de um Sistema Apostilado de Ensino, para, de acordo com os documentos, atender às demandas e responsabilidades de rede de ensino. Vimos que se trata de uma situação recorrente em outros municípios do país, que se viram forçados a tomarem providências para atenderem ao processo de municipalização que lhes foi imposto desde a Reforma Administrativa do Estado.

Entre os fatores de influência da aquisição do SAE pela Rede Municipal de SGO, estava a sensação de insegurança por parte dos gestores quanto à evolução do trabalho escolar.

No tocante à homogeneização do material didático, com qualidade e quantidade suficiente para atender a todos os alunos de todas as unidades escolares da rede, além de ser um material com as devidas adequações exigidas pela

Resolução CNE/CP nº2/2017, que instituiu a nova base, BNCC, normatizando e definindo o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais ofertadas no âmbito da Educação Básica escolar pelas instituições ou redes escolares. Os dados mostraram que a solução foi a aquisição Sistema de Ensino, da Editora FTD.

Os dados mostraram que as motivações da Rede Municipal para a aquisição do Sistema Apostilado eram:

- 1) garantir maior segurança aos professores e alunos por meio da padronização;
- 2) garantir a quantidade de material para todos os alunos desde o início do ano letivo;
- 3) garantir a qualidade da publicação para todos, ou seja, para que todos os alunos tivessem acesso ao mesmo tipo de material: colorido, com o mesmo número de páginas, com a mesma qualidade dos desenhos e exercícios.

Essa escolha, na análise dos autores aqui utilizados é controversa. Para um grupo, este sistema padronizado é um avanço para a educação, uma vez que poderá identificar e amainar o fracasso da escola e, possibilitar que a gestão da escola pública imprima nas suas unidades indicadoras de eficiência e produtividade, para que sejam ranqueadas em índices de avaliação externa, que determinem seu nível de qualidade. Para outro grupo, o sistema apostilado de ensino privilegia as empresas privadas que vendem o material didático em detrimento do livro didático ofertado gratuitamente pelo Ministério da educação, favorecendo o sistema capitalistas. Os professores universitários entendem que material deveria ser planejado e elaborado pelo próprio professor que é formado para tal ação, como demonstra os documentos da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel.

Todavia, a pesquisa mostra que existem problemas no funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático que induz os municípios procurem o SAE, são eles:

- 1) quando o PNLD não cumpre seu prazo de entrega;
- 2) quando os alunos recebem o material no meio do semestre em andamento;
- 3) quando nem todos alunos recebem o material, acarretando dificuldades para o trabalho dentro da sala de aula;
- 4) quando o número de livros é menor que o número de alunos dos municípios;

5) quando há livros diferentes, com textos de autores diferentes para uma mesma disciplina;

6) quando o professor tem de recorrer a elaboração de material didático diferente para atender um menor grupo de alunos, para trabalhar o conteúdo planejado.

Essas situações implicam diretamente nas atividades em sala de aula, provocando mal-estar para o professor, uma vez que é ele que tem de escolher os alunos que usarão o material xerocopiado, muitas vezes em preto e branco. Estes entraves são entendidos pela Secretaria Municipal de São Gabriel como o não cumprimento do direito da criança à educação como determina a CF/1988.

Os documentos mostram que também há problemas com as apostilas:

- 1) conteúdos por vezes, apesar do status de superioridade que o material impõe, não contemplam tudo e todos.
- 2) vários deles não são textos explicativos, completos ou mais aprofundados que gerem entendimentos ou discussões.
- 3) são esquemáticas, textos compilados e restritos que dificultam a aprendizagem, além de não oferecerem atividades que colaborariam para melhor assimilação do tema proposto.

Respondendo à pergunta norteadora desta pesquisa: por que a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste (SEMED) escolheu adotar o Sistema apostilado para a Educação Infantil?

A Secretaria Municipal de São Gabriel, diante dos problemas vivenciados em sua Rede, entendeu que a decisão pelo Sistema Apostilado de Ensino foi necessária para dar uma resposta à comunidade diante dos problemas causados pela distribuição do Programa Nacional do Livro Didático.

Na visão da Secretaria Municipal de São Gabriel do oeste, a preocupação que justifica esta escolha foi com a dignidade da criança e seus direitos fundamentais, tais como: a participação em sala de aula, a igualdade e a ausência de discriminação, o direito de participar da vida escolar com todos os benefícios que lhes são salvaguardados.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; DAMASO, A; GALZERANO, L. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de Educação Infantil: Reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista e-curriculum**, v. 11, n. 2, p. 434-460, ago 2013. ISSN 1809-3876. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/16616>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- ADRIÃO, T. (Coord.) **Estratégias municipais para a oferta da educação básica:** análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. 2009. Relatório de Pesquisa – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/>>. Acesso em: 3 jul. 2021
- ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p.799-818, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 5 jul. 2021
- AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI?. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8495>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- AMORIM, I. F. de. **Reflexões críticas sobre os sistemas apostilados de ensino.** 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras) Unesp Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018
- ANDRADE, C.A.M. Mercantilização da Educação Básica Pública e sua relação com o PNE: Mundo Livre. **Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 63-78, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/39977/23051>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- ANGELO, J.de S.D. **Sistema Apostilado e Educação Infantil:** o ensino como negócio. 117 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ALVES, A.M.L. **A trajetória das políticas públicas de Educação Infantil no município de Juiz de Fora no período de 1996 a 2013.** 262 f, Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- ARELARO, L. R. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 20, out 2007. Especial. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- BARROS, E.C.D.R. de; GARCIA, E.M. **Imasul. Gestão ambiental em Mato Grosso do Sul:** conceitos e práticas. Dourados: Editora UEMS, 2014.

BEGO, A.M. A implantação de sistema apostilado de ensino e o trabalho docente: os problemas e as decisões de uma rede escolar pública municipal. **Rev. bras. Estud. pedagog**, Brasília, v. 08, n. 250, p. 764-782, set/dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rtep.98i250.2695>. Acesso em: 9 dez. 2020

BENJAMIN, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus. 1984. Disponível em: <<http://www.anped.org.br> > sites . Acesso em: 27 jun. 2021

BIGARELLA, N. **O papel do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul na definição de políticas para a gestão da educação básica (1999 - 2014)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

BORDIGNON, G. et al. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília. Fórum Nacional de Educação. Junho/2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Fundação Carlos Alberto Vanzolini Gestão de Tecnologias em Educação, 2017. 600 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8069/90 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República. Casa civil. 1990.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Nacional Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para credenciamento e funcionamento das instituições de Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 05/09, de 18 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF. 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: DF. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE/CEB, 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de maio 2021

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 3 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de julho de 2017.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. portal.mec.gov.br. Brasília, 1998. 253 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>. Acesso em: 6 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL: Primeira Infância. **Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social Criança Feliz.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia> . Acesso em: 9 abr. 2021.

BRITTO, T.F. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados.** 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/centroaltosestudos1.html> . Acesso em: 6 jan. 2021.

CAIN, A.A. **O atendimento ao ensino fundamental:** análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de 'sistema de ensino'. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro, SP. 2009.

CURY, C.R.J. Por Um Novo Plano Nacional De Educação. **Cadernos De Pesquisa.** V. 41 n.144, p. 790-811, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br> > pdf. Acesso em 10 jun.2021

DOURADO, L.F; OLIVEIRA, J.F; SANTOS, C.A. **A Qualidade da Educação:** conceitos e definições. publicacoes@inep.gov.br. Brasília, 2007. 69 p. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes> . Acesso em: 3 jul. 2021

DOURADO, L.F;OLIVEIRA, J.F. **A Qualidade da Educação:** perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009

FNDE. **Programa do Livro (PNLD).** Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 3 jul. 2021

FRUTUOSO, A.S de A. **O Sistema Apostilado na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis:** "caminho" para medidas privatistas e desvalorização da educação. 2014. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001, p. 30-41. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em: 23 nov. 2020.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, p. 5-34, jul. 1998

IBGE Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo Educacional 2017.** Disponível em
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sao-gabriel-do-oeste>. Acesso em: 20 maio 2021

INEP/MEC. **Censo da Educação Básica 2020.** Brasília, 2021. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. In: **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Lei nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014.** Plano Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2020

MATO GROSSO DO SUL – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia: **Diagnóstico Socioeconômico do Estado de Mato Grosso do Sul.** 2015

MOTTA, C.E.S. Indústria Cultural e o Sistema Apostilado: A Lógica do Capitalismo **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 54, agosto/2001

NASCIMENTO, M.L.B.P. As políticas públicas de Educação Infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo , v. 17, n. 49, p. 59-80, jan.-abr 2012.

OLIVEIRA, Z.M.R.de. **O currículo na Educação Infantil**: O que propõem as novas diretrizes nacionais? Brasilia: DF. 2010. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 24 mai. 2021
<http://portal.mec.gov.br>

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. Rio de Janeiro,RJ. p.173-199, set/out. 1998

PINO, I.R. et al. A educação básica brasileira em risco. **Revista Educ. Soc**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 259-264, jun 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/es0101-73302018v38n143ed>. Acesso em: 3 jul. 2021.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbc.v10i1.1896. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/1896>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. São Gabriel do Oeste, 2020. Disponível em:
<http://transparencia.saogabriel.ms.gov.br/Transparencia/> . Acesso em: 3 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. Edital de chamamento nº 004. Formalizar Termo de Colaboração. Disponível em: www.saogabriel.ms.gov.br. Acesso em: 3 jul. 2021

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 25-63, mar. 2002

SANTOS, S.V.S.dos; SILVA,I.O e. Crianças na Educação Infantil: a escola como lugar de experiência social. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 131-150, jan./mar. 2016

SCARAMELLI, J. **Fonte de Recursos Próprios, Saúde, Educação e FUNDEB na MSC**. 2020. Disponível em:<https://www.webcasp.com.br/noticia-fonte-de-recursos-proprios-saude-educacao-e-fundeb-na-msc>. Acesso em: 16 fev. 2021

SOUSA, S. Z. Concepções de Qualidade da Educação Básica Forjadas por Meio de Avaliações em Larga Escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014.

SOUZA, T.G.; MOREIRA, J.A.S. Políticas de Privatização na Educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Práxis Educacional**, Vitória da

Conquista, v. 16, p. p.421-449, abr./jun. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i39.4779>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VECE,J.P et al. **SIM Sistema de Ensino**: Educação Infantil 4 anos. 2. ed. São Paulo: FTD, 2018.

WEINGARTNER, A. A dos S. **São Gabriel do Oeste**: memórias e imagens de uma história. 1. ed. Campo Grande: Midiograf Gráfica e Editora, v. 1, 2005. 112 p.

ANEXO

A — FUNCIONAMENTO DO PNLD

1. Adesão	As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático deverão manifestar este interesse mediante adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s). A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida
2. Editais	Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do Livro Didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet.
3. Inscrição das editoras	Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.
4. Triagem/Avaliação	Para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.
5. Guia do livro	O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas

6. Escolha	Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.
7. Pedido	A formalização da escolha dos livros didáticos é feita via internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, professores fazem a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE
8. Aquisição	Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro
9. Produção	Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE.
10. Análise de qualidade física	O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.
11. Distribuição	A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação
12. Recebimento	Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

B-AUTORIZAÇÃO

São Gabriel do Oeste-MS, 07 de julho de 2021.

Eu, Danielle dos Santos Souza, autorizo Andrea Maria Capalbo Pereira a utilizar a palestra cedida ao GEPASE em sua dissertação de mestrado.



Danielle dos Santos Souza